

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: PORTAL NO MINUTO.COM **DATA:** 19.06.15

Senac EAD abre inscrições para novos Cursos Livres

Aulas são desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem, onde o aluno tem a flexibilidade.

Da redação, Fecomércio, 19 de junho de 2015

Para quem quer ingressar, atualizar ou aperfeiçoar conhecimentos e estar pronto para os constantes desafios do mercado de trabalho, os cursos livres a distância do Senac estão com inscrições abertas. Interessados devem se matricular através do portal Senac EAD: www.ead.senac.br/cursos-livres.

São diversas oportunidades, em vários segmentos, como Beleza, Comércio, Gestão, Hospitalidade, Idiomas, Informática, Segurança e Turismo. Para este semestre, estão disponíveis sete novas opções de cursos: Língua Portuguesa, Marketing Social, Matemática, Comercial, Boas Práticas e Controles Operacionais Essenciais para Serviços de Alimentação, Departamento de A&B na Hotelaria, Comportamento do Consumidor e Libras.

As aulas são desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem, onde o aluno tem a flexibilidade e autonomia de estudar de acordo com sua disponibilidade e horário, seguindo os prazos estabelecidos nas informações do curso.

Ao final, os alunos recebem o Certificado Senac, respeitado e reconhecido em todo o Brasil. O Senac EAD atua com Cursos Livres, Técnicos, Graduação, Pós-Graduação e Extensão Universitária. Em caso de dúvidas, acesse: www.ead.senac.br/perguntas-frequentes.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 21.06.15

EDITORIA: LIEGE BARBALHO

FOTOS: LIEGE BARBALHO.COM



Os jornalistas Luciano Kleiber e Ana Paula Oliveira. Ela celebrando aniversário

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 20.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

»» ENTREVISTA »» **JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Presidente do TSE critica proposta de voto impresso

«**REFORMA POLÍTICA**» Dias Toffoli afirma que é preciso adotar medidas para diminuir os custos de campanha e o tempo do horário eleitoral

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Antonio Dias Toffoli, esteve ontem em Natal participando da abertura do 6º Encontro de Corregedores-Gerais dos Tribunais Eleitorais do Brasil (Encoge) e, durante entrevista coletiva, declarou ser contra a impressão do voto e a unificação das eleições, mudanças em discussão na reforma política, que terminou de ser votada na Câmara dos Deputados nesta semana. A primeira proposta foi aprovada e a segunda, rejeitada, mas o projeto ainda será analisado no Senado e pode haver modificação.

Ainda sobre a reforma, Dias Toffoli defendeu na entrevista a diminuição dos custos das campanhas através de um teto de gastos. Para ele, o ideal é fazer eleições mais curtas, com horário eleitoral gratuito no rádio e televisão em menor tempo. "Diminuindo esse tempo, barateia-se as eleições, que se tornam mais justas e possibilitam um controle maior das receitas e despesas", disse.

O presidente do TSE enfatizou a responsabilidade da Justiça Eleitoral como grande agência reguladora das eleições em todo o Brasil, país que possui 143 milhões de eleitores e que é o quarto maior em eleitorado do mundo. "Esse encontro dos corregedores aqui em Natal é para trocar experiências e aperfeiçoar o atendimento ao cidadão e ao eleitor", completou.

Dias Toffoli falou ainda sobre o desafio de duplicar, nas eleições de 2016, a quantidade de eleitores votando por meio da identificação biométrica. Ele ainda comentou a presença do advogado Aristides Junqueira na lista triplíce para indicação ao TSE, considerando que Aristides defende um dos investigados na Operação Lava Jato.

"Não há nenhum motivo de preocupação. Todos os advogados juristas que vão para os TREs e o TSE nas listas são advogados que atuam nas várias áreas e têm a sua clientela. O ex-procurador-geral da República e ex-procurador-geral Eleitoral Aristides Junqueira é uma pessoa da maior respeitabilidade e credibilidade no Brasil".

A urna já tem esses dados, inclusive há a possibilidade de auditoria, como está sendo feito hoje no Tribunal Superior Eleitoral. Esperamos que o Congresso Nacional não venha a aprovar [o voto impresso]. Seria um custo inútil."

Eu tive a oportunidade de falar no Congresso Nacional que o povo quer mais participação, e a unificação das eleições iria na contramão dessa ideia"

Entre as propostas da reforma política, penso que é relevante a diminuição dos custos das campanhas no Brasil, que a cada pleito estão muito mais caras."



IMPRESSÃO DO VOTO

"A questão da impressão do voto é uma desnecessidade. A urna já tem esses dados, inclusive há a possibilidade de auditoria, como está sendo feito hoje no Tribunal Superior Eleitoral. Esperamos que o Congresso Nacional não venha a aprovar isso. Seria um custo absolutamente inútil".

UNIFICAÇÃO DAS ELEIÇÕES

"Eu tive a oportunidade de falar no Congresso Nacional que o que o povo quer é mais participação, e a unificação das eleições iria na contramão dessa ideia de participação, de maior número de eleições em nosso país. Esse tema já foi, inclusive, rejeitado na Câmara dos Deputados".

CUSTOS DE CAMPANHA

"Entre as propostas da reforma política, penso que é relevante a diminuição dos custos das campanhas no Brasil, que a cada eleição estão muito mais caras. Para diminuir esses custos, é preciso estabelecer um teto de gastos e diminuir o tempo de campanha, com um controle bastante rígido pela Justiça Eleitoral. Nós temos de três a quatro meses de campanha eleitoral, tempo em que o país fica prati-

camente parado. O ideal é fazer eleições mais curtas, com horário eleitoral gratuito no rádio e televisão em menor tempo. Hoje são seis semanas no primeiro turno e três semanas no segundo. Ou seja, é um horário que custa muito às candidaturas. Diminuindo esse tempo, barateia-se as eleições, que se tornam mais justas e possibilitam um controle maior das receitas e despesas".

BIOMETRIA

"Já em 2014 votaram 23 milhões de brasileiros com a identificação biométrica. Para as eleições de 2016, queremos estar com mais de 50 milhões (1/3 do eleitorado brasileiro) cadastrados através da biometria. Esse é um desafio bastante grande. Estamos fazendo convênios com prefeituras e com órgãos públicos para auxiliar na biometria. Um outro projeto importante que temos é a transformação da identificação biométrica no registro de identificação unificado. Trata-se de um projeto de lei que foi encaminhado pela Justiça Eleitoral conjuntamente com a presidente Dilma Rousseff e que está hoje na Câmara dos Deputados".

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 20.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

Dilma Rousseff aponta necessidade de equilíbrio

« INAUGURAÇÃO » Presidente afirmou, durante a inauguração da Basf, que é preciso gerar desenvolvimento em várias regiões do País

São Paulo (AE) - A presidente Dilma Rousseff afirmou, durante a inauguração do complexo acrílico da empresa alemã Basf, na Bahia, que é preciso gerar desenvolvimento em várias regiões do País, o que classificou como desenvolvimento de qualidade. "Para beneficiar a todos, o desenvolvimento tem que ser descentralizado", disse. Os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e da Defesa, Jacques Wagner, também participaram do evento, mas não discursaram.

A presidente destacou que o investimento de mais de 500 milhões de euros da companhia no Pólo Industrial de Camaçari é motivo de comemoração, mas ressaltou que a relevância do complexo acrílico vai além dos números. "Aqui vão ser produzidos insumos básicos para a indústria química, dando consistência à cadeia de petróleo, petroquímicos e polímeros e dará vantagens à balança comercial do País", afirmou a presidente. Segundo o governo, a estimativa da empresa é de um im-

pacto positivo de cerca de US\$ 300 milhões por ano na balança comercial brasileira, sendo US\$ 200 milhões por meio da redução de importações e US\$ 100 milhões em função de exportações.

A presidente Dilma Rousseff ressaltou que outras empresas também serão atraídas para o polo de Camaçari devido à nova unidade da Basf e gerarão investimentos, emprego e um novo desafio. "Queremos criar unidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação", disse, reforçando o discurso feito an-

teriormente pelo governador baiano Rui Costa (PT).

Dilma Rousseff destacou ainda a presença da companhia alemã de 100 anos no País, "o que demonstra um compromisso com o futuro".

De acordo com o Blog do Palácio do Planalto, o investimento de 500 milhões de euros é o maior da Basf em todo o Brasil e na América do Sul desde sua chegada à região. Com o início das atividades produtivas, a previsão é gerar 230 empregos diretos e 600 indiretos.



Dilma Rousseff participa de inauguração da empresa Basf

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 20.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

PRESIDENTES DA ODEBRECHT E ANDRADE GUTIERREZ SÃO PRESOS

/ LAVA JATO / JUSTIÇA DEFLAGRA 1.ª FASE DA OPERAÇÃO, PRENDE E BLOQUEIA CONTAS DE PRESIDENTES DA ODEBRECHT E ANDRADE ANDRADE GUTIERREZ, EMPRESAS QUE SEGUNDO A INVESTIGAÇÃO USAVAM UM MODELO "MAIS SOFISTICADO" DE PAGAMENTO DE PROPINA

ANA CRISTINA CAMPOS
IVAN RICHARD
AGÊNCIA BRASIL

O dono e presidente da construtora Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques Azevedo, foram presos na 1.ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada ontem (19) pela Polícia Federal (PF). Marcelo Odebrecht foi preso em casa, em São Paulo, e será levado por agentes da PF para Curitiba. Ao todo, foram cumpridos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul 59 mandados judiciais, sendo 38 mandados de busca e apreensão, nove de condução coercitiva, oito de prisão preventiva e quatro de prisão temporária.

O juiz federal Sérgio Moro também determinou o bloqueio de R\$ 20 milhões das contas dos presidentes Marcelo Odebrecht, e Otávio Marques de Azevedo. O valor foi bloqueado eletronicamente para garantir eventuais ressarcimentos aos cofres públicos em caso de condenação dos investigados. O bloqueio atinge as contas mais oito investigados.

O delegado da Polícia Federal, Igor Romário de Paula, disse que nove pessoas foram presas na 1.ª fase da Operação Lava Jato. De acordo com o delegado, também foram presos preventivamente Rogério de Santos Araújo Márcio Faria da Silva e João Antônio Ber-



► Polícia Federal na sede da Norberto Odebrecht, no Rio de Janeiro, durante a execução dos mandados



► Marcelo Odebrecht e Otávio Marques Azevedo, presidentes presos



trand Filho. O executivo da Odebrecht Cesar Ramos Rocha é um dos que ainda não foram localizados.

Os mandados de prisão temporária cumpridos foram de Alexandrino Sales Alencar, Antônio Pedro de Souza, Flávio Lúcio Magalhães e Maria Cristina da Silva Jorge. O delegado informou que há indícios "bem concretos" contra os dirigentes das empresas. Segundo ele, os documentos revelam que eles tinham "domínio completo" de atos que levaram à formação de cartel e fraude em licitações, além de pagamento de propinas. Igor Romário lembrou que na 7.ª fase da Lava Jato já houve busca e apre-

são na sede da Odebrecht.

Para o delegado, a nova etapa da Lava Jato serve como recado de que nenhuma empresa, indepen-

dentemente do seu tamanho, ficará imune de ser investigada. "A ideia é trazer um recado claro de que a lei vale para todos, não im-

porta o tamanho da empresa e o destaque na sociedade, sua capacidade de influência e de poder econômico. Isso jamais será motivo para permanecerem impunemente", disse o delegado, em entrevista coletiva.

Segundo o procurador da República Carlos Fernando dos Santos, há indícios suficientes para as prisões preventivas. "Devemos punir todos os que são responsáveis, as empresas, na área civil e por improbidade administrativa, e os dirigentes e todos os que estão envolvidos no âmbito penal."

ERGA OMNES

O nome Erga Omnes é uma expressão latina usada no meio jurídico para indicar que os efeitos de algum ato ou lei atingem todos os indivíduos e é uma referência ao fato de as investigações terem atingido, nesta 1.ª etapa, as duas maiores empreiteiras do país: Odebrecht e Andrade Gutierrez, que, até então, não haviam sido alvo da Lava Jato.

Deflagrada em março do ano passado, a operação Lava Jato desmontou um esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras para pagamento de propina a agentes públicos e privados. Com o desenrolar das investigações, também foram identificadas práticas ilícitas semelhantes em contratos de publicidades do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal.

ODEBRECHT CONSIDERA AÇÃO DESNECESSÁRIA E ANDRADE GUTIERREZ NEGA ENVOLVIMENTO

A construtora Odebrecht considerou a ação "desnecessária". Já a Andrade Gutierrez negou qualquer relação com o esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras, investigado pela operação.

Em nota, a Odebrecht informou que "sempre esteve à disposição das autoridades" e confirmou que foram cumpridos mandados de prisão e busca e apreensão em escritórios da empresa em São Paulo e no Rio de Janeiro na manhã desta sexta-feira.

"Como é de conhecimento público, a CNO [Construtora Norberto Odebrecht] entende que estes mandados são desnecessários, uma vez que a empresa e seus executivos, desde o início da operação Lava Jato, sempre estiveram à disposição das autoridades para colaborar com as investigações, em texto da nota divulgada pela assessoria da empreiteira.

Também em nota, a Andrade Gutierrez disse estar prestando "todo o apoio necessário" aos seus executivos presos. "A empresa informa ainda que está colaborando com as investigações no intuito de que todos os assuntos em pauta sejam esclarecidos o mais rapidamente possível. A Andrade Gutierrez reitera, como vem fazendo desde o início das investigações, que não tem ou teve qualquer relação com os fatos investigados pela Operação Lava Jato e espera poder esclarecer todos os questionamentos da Justiça o quanto antes", diz nota da empreiteira.



► Moro: há provas suficientes de participação das empreiteiras

PRISÃO É «REMÉDIO» CONTRA CORRUPÇÃO, DIZ JUIZ

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos decorrentes da Operação Lava Jato na primeira instância, considerou que a prisão dos principais responsáveis pelas duas maiores empreiteiras do país foi o "único remédio" para "quebrar a regra do jogo" do esquema de corrupção, lavagem de dinheiro oriundos do superfaturamento de contratos da Petrobras.

Em despacho que autorizou a prisão de Marcelo Odebrecht, dono e presidente da construtora Norberto Odebrecht, de Otávio Marques Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, e outros diretores das duas empreiteiras, Moro argumenta que, em liberdade, eles representavam risco à investigação e à instrução processual.

"Com o patrimônio e recursos de que dispõe, as empreiteiras têm condições de interferir de várias maneiras na colheita das provas, seja pressionando testemunhas, seja buscando interferência política, observando que os próprios crimes em apuração envolviam a cooperação de agentes públicos", argumentou o juiz da 13.ª Vara federal em Curitiba.

Segundo Moro, uma alternativa "eficaz" à prisão cautelar dos executivos seria a suspensão imediata dos contratos das empreiteiras com o Poder Público. Para o juiz, no entanto, essa medida traria "efeitos colaterais danosos" para economia e empregos do país. No despacho de 52 páginas, Sérgio Moro descreve o funciona-

mento do esquema criminoso de fraude em contratos da Petrobras que atingiu, entre outras obras, a construção da Refinaria Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

"Há, pelo que se verifica na análise sumária, suficiente prova da participação da Odebrecht e da Andrade Gutierrez no cartel das empreiteiras e no ajuste dos resultados das licitações. Não só prova oral da existência do cartel e da fixação prévia das licitações entre as empreiteiras, mas igualmente prova documental consistente em tabelas, regulamentos e mensagens eletrônicas", diz o Moro no documento.

Segundo ele, o modus operandi do esquema de pagamento de propina a agentes públicos e políticos utilizado pelas duas empreiteiras foi revelado por beneficiários do esquema, como os ex-diretores da Petrobras Paulo Ro-

berto Costa e Pedro Barusco, além do doleiro e intermediador Alberto Youssef. Vários empreiteiros que foram presos durante fases anteriores da Lava Jato e que assinaram acordo de delação premiada com a Justiça, conforme o despacho, também afirmaram que os diretores da Odebrecht e da Andrade Gutierrez integravam o cartel que fraudou contratos da Petrobras.

Diferentemente da forma como as outras empreiteiras investigadas pela Lava Jato, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez usavam um modelo "mais sofisticado" de pagamento de propina. As duas empreiteiras, segundo Moro, usavam empresas offshore, localizada em paraísos fiscais para tentar acobertar a lavagem de dinheiro. Em algumas situações, acrescentou o juiz, as empresas declararam os pagamentos à Receita Federal, mas sem a efetiva prestação do serviço.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 20.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

TOFFOLI DEFENDE TETO FINANCEIRO E MENOS TEMPO PARA CAMPANHA

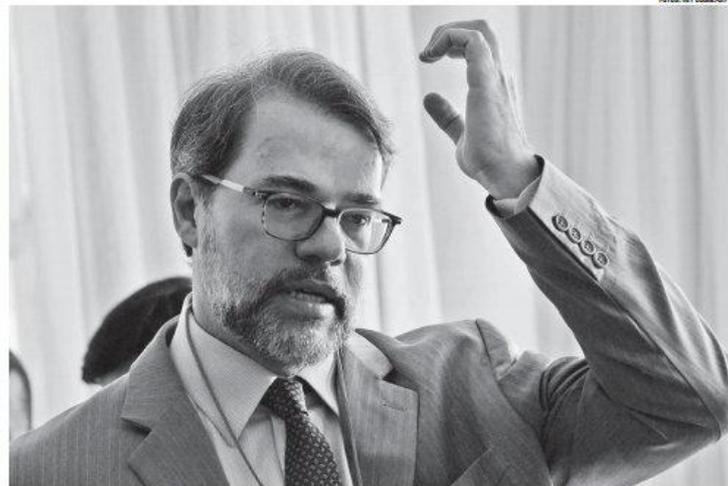
/ ELEITORAL / EM NATAL, PRESIDENTE DO TSE, MINISTRO DIAS TOFFOLI, EXPÕE SUA IDEIA DE ELEIÇÃO IDEAL E AFIRMA QUE NÃO HÁ PROBLEMAS EM INDICAÇÃO DE ADVOGADO DE INVESTIGADO NA LAVA JATO NA LISTA TRÍPLICE DO TRIBUNAL

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

UMA ELEIÇÃO COM um teto de gastos financeiros, um menor tempo de campanha e com menos inserções de propaganda eleitoral gratuita em TV e rádio. Esses são alguns dos requisitos para o pleito ideal considerado pelo ministro José Antônio Dias Toffoli, membro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ele esteve em Natal na manhã de ontem (19) para participar do 36º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais (Encoleg). Na avaliação de Dias Toffoli, as medidas citadas acima poderiam ser incluídas no processo de reforma política, que atualmente está em debate no Congresso Nacional, para criar um processo eleitoral mais justo. "É relevante que se tenha diminuição dos custos da eleição, que estão muito mais caras a cada pleito. Precisamos estabelecer um teto de gastos para, que não há hoje, para todos os cargos, e alcançar um gasto mais baixo que o atual. Assim também passaríamos a ter um controle rígido da Justiça Eleitoral", afirmou.

Dias Toffoli ainda considera que o tempo da campanha eleitoral é prejudicial para o país e precisa ser modificado. "Contanto com o segundo turno, são três ou quatro meses de campanha eleitoral. É um tempo em que o país fica praticamente parado. Da mesma maneira também é preciso ter um menor tempo de propaganda eleitoral gratuita. Hoje são seis semanas no primeiro turno e mais três semanas no segundo. Isso custa muito às campanhas. A medi-



FOTOS: KEY CONGRAC/FLU

da também iria baratear e tornar o pleito mais justo, proporcionando um controle mais eficaz de receitas e despesas", analisou.

O ministro também se posicionou contrário a algumas medidas discutidas dentro do processo de reforma política, como a impressão do voto, aprovada esta semana, e a unificação de eleições, que foi rejeitada. "Tive oportunidade de falar no Congresso Nacional que o que o povo quer mais participação po-

lítica. A unificação iria na contramão e este tema já foi rejeitado. Já o voto impresso é uma desnecessidade. A urna já tem esses dados. Há

possibilidade de auditorias, como a que o TSE está fazendo agora por exemplo (relativa às eleições presidenciais de 2014). O voto impresso é algo absolutamente desnecessários. Esperamos que o Congresso Nacional não venha a aprovar isto, porque seria um custo absolutamente inútil", rebateu o jurista.



É RELEVANTE QUE SE TENHA DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS DA ELEIÇÃO, QUE ESTÃO MUITO MAIS CARAS A CADA PLEITO. PRECISAMOS ESTABELECEER UM TETO DE GASTOS"

Dias Toffoli
Presidente do TSE

/ MISSÃO /

SENADORES VÃO PEDIR EXPULSÃO DA VENEZUELA DO MERCOSUL

OS SENADORES BRASILEIROS que foram hostilizados na Venezuela em manifestação de apoiadores do governo de Nicolás Maduro, na saída do aeroporto de Caracas, anunciaram ontem a adoção de medidas em retaliação ao episódio. A primeira será mover uma angústia de descumprimento do Preceito fundamental no Supremo Tribunal Federal (STF). Os parlamentares querem obrigar o governo brasileiro a questionar, no Mercado Comum do Sul (Mercosul), o descumprimento da cláusula democrática pela Venezuela, que integra o bloco.

Eles acusam o Executivo brasileiro de omissão diante das reiteradas denúncias de comportamento antidemocrático do governo venezuelano. Como o Brasil assinou o tratado do Mercosul, que prevê a cláusula democrática, os senadores entendem que é obrigação do Parlamento se posicionar junto aos demais países-membros do bloco para que a situação institucional na Venezuela seja avaliada e, eventualmente, que o país seja excluído da organização.

Além de mover a angústia, os senadores opositores que integraram a missão pretendem convocar o embaixador do Brasil na Venezuela, Ruy Pereira, e o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, para prestar esclarecimentos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

O grupo quer saber porque os parlamentares, em missão oficial, não receberam escolta ao sair do aeroporto. "Vamos convocar o ministro das Relações Exteriores e também o senhor embaixador para que fique claro que eles agiram por orientação do governo brasileiro. Esse é o aspecto mais grave dos episódios ocorridos

EM 2016, BIOMETRIA TERÁ 50 MILHÕES DE CADASTRADOS

O Brasil realiza o quarto maior processo eleitoral do mundo, com a participação de 143 milhões de eleitores a cada pleito. "E a Justiça Eleitoral se organiza para esse processo através das corregedorias", completou o ministro, ao comentar a importância do Encog.

Esta foi a primeira vez que o encontro dos corregedores foi trazido para a capital potiguar, sendo realizado entre o Centro de Operações da Justiça Eleitoral (Coje) e o hotel Ocean Palace, na Via Costeira. O Encog será finalizado hoje, com a apresentação da Carta de Natal. "Esse encontro é para troca de experiências e aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão e do eleitor", disse o ministro.

Para a desembargadora e corregedora regional eleitoral do Rio Grande do Norte, Maria Zeneide Bezerra, a reunião do colégio de corregedores é essencial para melhoria nos órgãos. "A importância desse encontro é do tamanho desse mar", afirmou a magistrada, apontando para o Atlântico.

Dentro desse processo de troca de informações e experiências, os corregedores e seus auxiliares debateram sobre a realização da identificação biométrica. Na eleição do ano passado, 23 milhões de eleitores votaram com a identificação biométrica. A projeção do TSE é que em 2016 esse número salte para 50 milhões de cadastrados.

No Rio Grande do Norte, aproximadamente 51% do eleitorado, espalhados por 70 municípios, já está identificado através da biometria.

O próximo passo, de acordo com Dias Toffoli, é utilizar a identificação biométrica para um cadastro de registro maior. "Queremos transformar toda a identificação biométrica em registro civil do brasileiro, aproveitando todo o investimento do Estado no eleitor. O registro de identificação unificado é um projeto de lei que está na Câmara dos Deputados", ressaltou o presidente do TSE.

Os participantes do 36º Encog também assistiram ontem uma apresentação sobre o sistema de correção virtual criado pela Corregedoria Regional Eleitoral potiguar e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) do Tribunal Regional Eleitoral do RN (TRE-RN).

O sistema pretende dar celeridade aos processos de correção, que passam a não precisar necessariamente da presença do corregedor nos cartórios e juizados eleitorais. Através do aplicativo, a Corregedoria regional passa a ter informações diretas dos órgãos sobre produtividade, acúmulo de processos e outros índices de trabalho. A correção virtual está em fase de testes desde o fim de maio deste ano e deve ser efetivada a partir da semana que vem.



Presidente do TSE veio a Natal participar de 36º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais

PARA MINISTRO, INDICAÇÃO DE ADVOGADO QUE ATUA NA LAVA JATO NÃO É PROBLEMA

Na quinta-feira o plenário do STF aprovou uma lista tripartite a ser encaminhada para o presidente Dilma Rousseff com nomes de advogados a serem escolhidos para uma das vagas de ministro substituto do TSE. Dentre os nomes, ocupando a terceira posição com nove votos, está Aristides Junqueira Alvarenga. Os outros dois integrantes da lista são Admar Gonzaga Neto, que busca ser reconduzido ao cargo, e Sérgio Silveira Balthos, ambos com onze votos.

O nome do ex-procurador geral da República, que ocupou o cargo por três mandatos (1989-1995), suscitou polêmica por ele ser o representante jurídico do governador do Acre, Tião Viana, na Operação Lava Jato. Viana é um dos políticos investigados em inquérito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre

o caso de corrupção na Petrobras. E dois dos ministros do STJ fazem parte da composição do TSE.

Para Dias Toffoli, a possibilidade de Aristides Junqueira ser indicado ao TSE não é problema para o Supremo. "Não há nenhum motivo de preocupação. Todos os advogados juristas que vão para as listas de TRE e TSE são advogados que atuam nas várias áreas e tem a sua clientela. O ex-procurador-geral e ex-procurador geral eleitoral é uma pessoa da maior respeitabilidade e credibilidade no Brasil", defendeu.

A decisão de incluir o jurista mineiro na lista tripartite para um cargo no tribunal eleitoral foi criticada por outros ministros do STF, como Marco Aurélio Mello e Carmen Lúcia. "Me chegou a notícia de que ele era advogado de

um dos envolvidos em inquérito na Operação Lava Jato. É incompatível, considerada minha formação humanista e acadêmica, as duas qualificações (advogado da Lava Jato e ministro do TSE)", disse Marco Aurélio à Agência Brasil.

A ministra ressaltou a possibilidade de Junqueira, em certo momento, dividir espaços na Corte Eleitoral com um ministro e também atuar como defensor de réu no STJ. "Estamos diante de um momento no Brasil em que uma operação que causa comoção nacional vai ter um advogado que pode e subir à tribuna na Segunda Turma, em que alguns dos juizes vão sair na mesma hora, e na sequência, os dois estarão lado a lado numa bancada, julgando", comentou Carmen Lúcia, que chegou a pedir o adiantamento da votação da lista tripartite.

dos episódios ocorridos ontem [18], na Venezuela: os diplomatas agiram cumprindo ordens da nossa diplomacia. A diplomacia brasileira, portanto, optou por ficar ao lado da ditadura da Venezuela, deixando ao Deus dará cidadãos brasileiros que estavam ameaçados na sua integridade física", afirmou o líder do PSDB e membro da comissão, Cássio Cunha Lima (PB).

Segundo ele, os parlamentares da oposição ao governo Dilma Rousseff estão dispostos a obstruir votações no Senado para conseguirem aprovar as convocações. Para os senadores, não há dúvida de que o grupo foi vítima de uma "armadilha" combinada entre os governos da Venezuela e do Brasil. "Quando chegamos ao ponto onde havia congestionamento, do lado esquerdo da van, o caminho estava totalmente desobstruído. A van foi ao encontro do congestionamento, exatamente onde estava um grupo de energúmenos, de manifestantes arregimentados pelo governo venezuelano que nos hostilizaram, primeiro com pancadões, pontapés, e atiraram objetos no nosso carro. Isso quando havia uma via desobstruída para que a van pudesse escapar", afirmou o senador Akysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP). Em nota, o governo brasileiro lamentou os incidentes. O Ramonny vai cobrar explicações sobre o incidente ao governo venezuelano e à embaixadora da Venezuela no Brasil.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 21.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

Frustração com FPE provoca desequilíbrio nas contas

« ARRECAÇÃO » Apesar de haver crescimento nas receitas próprias, o Fundo de Participação não aumenta de acordo com as projeções

NADJARA MARTINS
Repórter

Mensalmente, o Governo do Rio Grande do Norte vive em estado de desequilíbrio da receita. Embora a arrecadação tributária tenha crescido durante o primeiro semestre de 2015 – chegando a monta de R\$ 2 bilhões, ou 8% a mais do que recolhido no mesmo período do ano passado –, o valor ainda não é suficiente para que o caixa estadual esteja em situação confortável. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e pagamento dos royalties do petróleo, que complementam a receita, passaram por sucessivas frustrações neste ano. Com a queda do preço do barril do combustível, o RN deixou de receber R\$ 50 milhões em royalties neste ano. E, com os ajustes fiscais do Governo Federal, houve frustração de mais R\$ 92,2 milhões nos repasses do FPE até o mês passado.

A arrecadação própria, formada pelo recolhimento dos impostos sobre comercialização e serviços (ICMS), sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) e transmissão causa mortis e doação (ITCMD) representa, em média, 60% de toda a receita prevista para o Rio Grande do Norte. De acordo com o Orçamento Geral do Estado de 2015, somente para cobrir todas as despesas de pessoal, custeio e investimento, a receita estadual deveria chegar a R\$ 12,3 bilhões neste ano.



ADRIANO ABREU

Secretário estadual de Tributação, André Horta Melo afirma que houve quedas nos repasses

Receita em desequilíbrio

Dados apontam descompasso entre arrecadação tributária e repasses do FPE

R\$ 12,3 bilhões era a receita estimada para o RN pelo Orçamento Geral do Estado em 2015

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA

Em 2014

R\$ 4.508.688,99 bilhões
2,43% de crescimento com relação a 2013



R\$ 1,8 bilhão foi a arrecadação entre janeiro e maio de 2014

8% foi o crescimento na arrecadação dos primeiros cinco meses do ano, se comparado ao mesmo período de 2014

Fundo de Participação dos Estados (FPE)

Em 2014

R\$ 2.426.781.591,24 bilhões

8,9% a mais do que os repasses do ano de 2013

R\$ 1,3 bilhão repassados entre janeiro e junho de 2014



Já no caso do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a frustração de repasses é causada pelo cenário macroeconômico. A base da arrecadação do FPE é composta pelo Imposto de Renda e pelo Imposto de Produção Industrial (IPI). Em maio, a Secretaria Estadual de Planejamento e Finanças admitiu que as frustrações de repasses foram causadas pelas desonerações adotadas pelo Governo Federal para os veículos da chamada "linha branca", além do desaquecimento da economia e da isenção do imposto de renda para algumas empresas. "Apesar do Governo Federal ter alterado a política de redução de impostos em 2015, o FPE deste ano já sofreu uma frustração de R\$



* Previsão de arrecadação
** 1º decêndio

Fontes: Secretaria Estadual de Tributação (SET)/ Planejamento e Finanças (Sepnan)/ Secretaria da Fazenda Nacional (SFN)/ Agência Nacional do Petróleo (ANP)

R\$72.927.209,53 milhões repassados em 2015

92.201.535,57, no período de 1º de janeiro a 20 de maio, se comparado ao orçado no mesmo período de 2014", disse o secretário estadual de Planejamento, Gustavo Nogueira. A ausência do recurso preocupa mês a mês a administração estadual.

Variação

"Em janeiro, tivemos a maior arrecadação da história, R\$ 425 milhões, ultrapassamos a meta em R\$ 18 milhões. Neste mesmo mês de su-

perávit, o FPE caiu R\$ 80 milhões. Como é que se recupera uma frustração como esta? Quantas metas de arrecadação vão ter que cumpridas sucessivamente em ano de crise?", questionou André Horta Melo.

Além da frustração, levantamento feito pela TRIBUNA DO NORTE junto à SET e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) mostra que a arrecadação também cresce mais do que os repasses feitos ao estado. Entre janeiro e maio de 2014,

a arrecadação própria chegou a R\$ 1,8 bilhão. No mesmo período deste ano, os tributos arrecadados chegaram a R\$ 2 bilhões. Já no caso do Fundo de Participação dos Estados (FPE), houve um decréscimo de pouco mais de R\$ 100 milhões quando comparados os repasses nos cinco meses de 2014 e 2015.



PÁGINA 4
Secretário aponta taxa de investimentos

BATE-PAPO

Tânia Inagaki – Coordenadora do curso de Gestão Pública da Universidade Potiguar

Gastos públicos não podem justificar a falta de investimentos

A arrecadação própria do Estado pode ser utilizada para investimento?

A primeira coisa que a gente tem que perguntar é o significado deste investimento. O investimento para o Estado está sempre ligado a atividade econômica, onde o Estado vai sempre arrecadar para investir, para aumentar de produção. Vai gerar efetivamente uma renda maior para o estado. Essa capacidade de tributar tem que estar muito ligada à capacidade de como vai ser aplicado o investimento. Não é por arrecadar mais que ele pode gastar da forma como deseja, ele remaneja de

acordo com a necessidade. Devido à folha, por exemplo, ele pode ter que remanejar o recurso, há essa possibilidade, desde que ele ajuste, faça uma política orçamentária mostrando que há uma redução.

O Estado afirma que boa parte desse recurso está comprometido com folha de pagamento.

Mas ele não pode usar esse argumento para estagnar, com falta de investimento em todas as áreas do Estado. Os gastos públicos não podem justificar a falta de investimentos. Vão existir sempre. Muita coisa não pode ser cortada: seguran-

ça, saúde, educação e transporte. Ele vai reduzir e nós vamos pagar por essa redução. Fica muito claro que a preocupação do Estado hoje é cortar os gastos públicos naquilo que ele considera que pode compensar, mas na verdade é na base.

O Estado enfrenta frustrações da receita do FPE. Ele pode continuar se confiando nisso?

Ele (o Estado) se planeja, mas ele nunca vai esperar que o repasse seja menor. Essa falta de repasse gera o impacto. Você, por exemplo, trabalha o planejamento do seu salário de 100%. O Estado deveria traba-

lhar com esse planejamento de negatividade destes repasses, mas ninguém esperava que o Governo Federal iniciasse essa mudança fiscal como tem feito. Se o governo não quiser ter os mesmos impactos, tem que fazer um planejamento da LDO considerando a situação deste ano. Pode ser que ano que vem tenhamos um crescimento muito menor e impacto maior na economia. As despesas tem que ser menores para um custeio por meio de transferências. Mas quando se fala em gasto público, investimento, arrecadação, sempre há a perspectiva de melhoria de investimento. É preciso que ele (o Estado) adote políticas reais.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

Saldo de investimentos cresce 11%

«CONTAS PÚBLICAS» Governo do Estado aponta uma variação da disponibilidade de recursos para investir. Nos primeiros 4 meses do ano, houve um empenho de R\$ 244 milhões, dos quais 37,9 milhões foram pagos

O Governo do Estado apresenta números que indicam aumento do saldo de investimentos no Rio Grande do Norte em 11,34%, durante o primeiro quadrimestre deste ano. De acordo com a Secretaria Estadual de Planejamento e Finanças (Seplan), o governo empenhou R\$ 244 milhões em investimentos durante os primeiros quatro meses do ano, dos quais R\$ 37,9 milhões foram pagos. O valor efetivamente liquidado no mesmo período do ano passado era de R\$ 33 milhões. O crescimento coloca o RN entre os três estados que, contrariando a tendência nacional, incrementaram o investimento no ano, segundo levantamento divulgado pelo jornal Folha de São Paulo no dia 15 de junho. Embora comemorado, o aumento ainda está distante do ideal, segundo técnicos do próprio governo. Comparado ao Produto Interno Bruto (PIB) do estado, que em 2012 chegou a R\$ 39 bilhões, o investimento representa apenas 0,95% do potencial econômico estadual.

O secretário estadual de Planejamento e Finanças, Gustavo Nogueira, afirmou que "nos últimos

quatro anos, o Estado destinou a investimentos, em média, 4% da despesa empenhada." Em 2014, segundo ele, o Governo empenhou R\$ 360 mi em investimentos, dos quais R\$ 33 milhões foram pagos. No primeiro quadrimestre de 2015, o Estado liquidou 16% da cifra empenhada. "Em meio a um cenário macroeconômico adverso, a margem para investimento tem sido pequena. Ainda assim, o Governo conseguiu ampliá-los", ressaltou Nogueira.

Os recursos liquidados tiveram como destino, de acordo com a Seplan, em projetos como reforma e ampliação das unidades penais (necessárias após a onda de rebeliões que atingiram o sistema carcerário potiguar, em março); operacionalização da rede de saúde ambulatorial, hospitalar e do Sistema Único de Saúde (SUS); reforma e ampliação de instalações físicas de escolas estaduais; investimentos para construção de centros estaduais de Educação Profissional e Tecnológica; investimentos no Pro-Transporte; assistência técnica ao agronegócio da agricultura familiar.

De acordo com o secretário, "o



Gustavo Nogueira lembra que haverá convênios e financiamentos

Governo do Estado tem feito um grande esforço para atingir o equilíbrio fiscal das contas públicas, ampliar investimentos e reconquistar a credibilidade junto à sociedade e o (sic) mercado." Entretanto, que forma o incremento foi concedido, a secretaria não informou.

Para os próximos quadrimestres, de acordo com a Seplan, a meta é liquidar os R\$ 205,6 milhões restantes em investimento. Entre-

tanto, ressaltou Nogueira, o Estado poderá aumentar o investimento a depender das operações de crédito e convênios. "Essa semana, depois de muita luta, o Governo conseguiu renovar o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), umas das certidões exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional que possibilita aos estados dar continuidade às operações de crédito", pontuou. Entre os empréstimos que es-

tavam "travados", ele ressaltou o Proinvest e recursos oriundos da Caixa Econômica Federal.

Comparativo

De acordo com o levantamento da FSP, apenas os estados do Bahia (42%), RN (11%) e Pará (8,2%) conseguiram incrementar o investimento. Entretanto, o aumento ainda está distante do ideal: segundo levantamento da Secretaria Estadual de Tributação (SET), o investimento liquidado representa menos de 1% se comparado à dinâmica econômica estadual.

"Em relação ao PIB, quem recebeu menos investimento foi Sergipe, mais ainda foi cinco vezes maior que o nosso; o Piauí recebeu 15 vezes a mais que o nosso investimento, e ele tem um PIB que é a metade do RN. Melhoramos, mas muito pouco. Em relação ao PIB, não estamos recebendo investimentos que traduzam o tamanho e a envergadura do Estado", criticou André Horta Melo, secretário estadual de Tributação. De acordo com o levantamento da FSP, Sergipe obteve investimento de R\$ 55 milhões em 2015; Piauí chegou a

R\$ 80 milhões. No âmbito regional, o RN só ganhou do Maranhão, que investiu apenas R\$ 18,2 milhões neste ano.

Segundo Horta Melo, o investimento é necessário porque avança a economia e a arrecadação social um pouco melhor, nós não teríamos como (manter a arrecadação estadual)", acrescentou. "A arrecadação vem a reboque da economia", disse. Neste ano, os impulsores do recolhimento tributário no RN foram energia, consumo de combustíveis, varejo e atacado. O maior problema, porém, é que mesmo com o aumento da arrecadação, o Estado não pode utilizar o recurso para investimento.

"Estamos com um limite de 52% de gastos com pessoal. Quando entra mais dinheiro, o orçamento não deixa que se libere esse dinheiro que entrou a mais para investimento, ele vai para pagamento. Você não tem nem o que remanejar. Estamos acima do prudencial e isso não permite que se libere mais verba para investir", lamentou Horta Melo.

LDO começa a ser discutida nesta semana

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que norteará as discussões sobre o orçamento estadual de 2016, começará a ser discutida nesta semana na Assembleia Legislativa. De acordo com o relator do projeto de lei na Casa, deputado José Dias, um relatório deve ser entregue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até sexta-feira.

"Temos até meados de julho para votar. Aliás, sem votar a ALRN não entra em recesso. Estamos examinando, analisando se há alguma inovação, e se elas são pertinentes. Na semana que vem teremos alguma coisa definida sobre o relatório", disse o deputado. "O orçamento é tocado em dois documentos importantes: a lei de diretrizes e o Plano Plurianual (PPA)", acrescentou. O Estado ainda não encaminhou o PPA destinado ao próximo quadriênio, mas ainda está dentro do prazo.

Encaminhada em 15 de maio, a LDO estabelece diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo metas e prioridades do governo, despesas de capital e alterações na legislação tributária e política, além de fixar limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Já a LOA é o orçamento previsto para o estado, e aponta as despesas e receitas do exercício financeiro, e contém os orçamentos fiscal, da segurança social e de investimento. Geralmente é enviada à Assembleia Legislativa em meados de setembro.


Temos até meados de julho para votar. Sem votar a Assembleia não entra em recesso. Estamos examinando, analisando, se há alguma inovação"

JOSÉ DIAS
Deputado

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

Ministro vai a salão imobiliário

« BRASIL » Ministro do Turismo participa de evento que reunirá mais de 150 importantes nomes do setor imobiliário nacional e internacional

Nos próximos dias 24 e 25 de junho, será realizado em São Paulo o GRI Hotéis, evento promovido pelo Global Real Estate Institute, grupo de investidores global criado para conectar altos executivos. Este ano, o evento reunirá grandes nomes do mercado imobiliário para discutir oportunidades de investimentos e fomento de novos negócios no mercado hoteleiro nacional.

O ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, foi convidado para fazer a abertura do evento. Oportunidade em que vai falar sobre a atuação do Ministério e os incentivos do governo para o desenvolvimento e crescimento do setor hoteleiro nacional. Essa é a primeira vez que um ministro do Turismo é convidado a participar do evento.

"Essa é uma grande oportunidade de aproximação com o setor privado. Em um momento desafiador como o que vivemos, é importante que façamos um trabalho em sinergia para melhorar o ambiente de negócios e, com isso, atrair mais negócios para o país", afirmou Henrique Eduardo Alves.

A presença do ministro no evento reforça um dos objetivos



LUIS MACEDO

Ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, fará abertura

institucionais estratégicos da Pasta, reafirmados no Plano Nacional de Turismo, que é o de "melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro".

Desde que assumiu o Turismo, Henrique Eduardo Alves vem trabalhando para construir uma agenda para a melhoria do ambiente de negócios do setor. Uma proposta que vem sendo desenhada é a criação de Áreas Especiais

e Interesse Turístico, locais com condições propícias para o investidor, incluindo benefícios econômicos, tributários e facilidades no processo de licenciamento.

A criação dessas áreas trará mais competitividade ao Brasil e, conseqüentemente, atrairá investidores nacionais e internacionais. "Somos o país número um em recursos naturais do mundo, mas não transfor-

mamos nossas belezas em negócios. Temos grandes investidores querendo construir grandes hotéis e resorts de forma sustentável em nosso país, mas não damos condições a eles para investir. Estou lutando para reverter esse quadro", reforça o ministro.

Rede Hoteleira

De acordo com o Fórum dos Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB), o setor deve investir, até 2020, R\$ 12,8 bilhões na construção de 630 novos empreendimentos. Com isso, os hotéis serão responsáveis por 100 mil empregos diretos, ante os atuais 64 mil atuais.

Sobre o evento

Realizado nos dias 24 e 25 de junho, no Hotel Pullman Ibirapuera, São Paulo, o evento irá reunir investidores institucionais; fundos de investimentos; agências de fomento e bancos; incorporadoras e construtores; operadores e administradores hoteleiros; membros do mercado hoteleiro, e outros. A GRI estima que a distribuição deste público será: 42% Diretores Executivos, 36% CEOs, 14% presidentes e 8% outros participantes.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

ROBINSON É A FAVOR DE NOVA IDADE PENAL, EM CASO HEDIONDO

/ OPINIÃO / ROBINSON FARIA É FAVORÁVEL À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL PARA CASOS DE CRIMES HEDIONDOS E ACREDITA QUE SISTEMA PENITENCIÁRIO POTIGUAR ESTARÁ PREPARADO PARA RECEBER NOVA DEMANDA, CASO MUDANÇA SEJA CONCRETIZADA

JALMIR OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

O GOVERNADOR ROBINSON Faria é favorável à redução da maioridade penal, mas somente nos casos em que adolescentes cometerem crimes hediondos (como estupro, latrocínio e homicídio qualificado). "Hoje, o Brasil está vivenciando o aumento de crimes bárbaros nesta faixa etária de 16 a 18 anos. Então, eu sou favorável à redução da maioridade penal, mesmo que alguns governadores tenham pensamento contrário", diz.

Ele acredita, inclusive, que – apesar das dificuldades vividas pelo sistema penitenciário potiguar – a mudança na legislação não trará problemas para o Rio Grande do Norte. "A questão estrutural [do sistema prisional] será modificada. Há 20 anos o Rio Grande do Norte não constrói um presídio e temos um déficit de quatro mil vagas", justifica o governador Robinson Faria. Mostra disso é que o poder Executivo reiniciou há dez dias construção de um novo presídio na cidade de Ceará-Mirim. As obras, que estavam previstas para iniciar em abril, passaram por embargos judiciais impetrados pela prefeitura do município que vai receber o empreendimento. Em 14 de abril passado, o Conselho de Desenvolvimento do Estado aprovou a construção da cadeia pública, com R\$ 3.143.378,50 de contrapartida do Governo do Estado e outros R\$ 14.745.048,09 de convênios.

A opinião da secretária de Segurança Pública do Estado, Kalina Leite, é semelhante à do governador. Ela acredita que o assunto da redução da maioridade penal necessita de uma discussão mais ampla. "É um problema nacional, a partir da União, mas é uma questão que demanda mudanças para tornar mais eficaz o sistema educacional, bem como o prisional", analisa. Ka-

sentado e aprovado na comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, cuja proposta é a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. A diferença é que Bessa alterou o texto para prever que a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos deve ocorrer nos casos de crimes hediondos (como estupro, latrocínio e homicídio qualificado) e também para homicídios dolosos, lesões corporais graves, lesões corporais seguidas de morte e roubos agravados (quando há sequestro ou participação de dois ou mais criminosos, entre outras circunstâncias). Ainda de acordo com a proposta aprovada, a pena dos adolescentes será cumprida em estabelecimento separado dos maiores de 18 anos e dos menores imputáveis. Orientaram favoravelmente à redução da maioridade penal partidos como PMDB, PSDB, DEM, PR, PP e PTB, e foram contra PT, PSB, PPS, PDT e PCdoB.

TOFFOLI

Na visão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que esteve em Natal esta semana para um encontro com representantes da justiça eleitoral, falou da importância do projeto ter sido analisado pela Câmara dos Deputados. "É uma medida importante que será decidida em plenário", avalia.

Dias Toffoli está envolvido com a discussão tema desde abril. Ele negou uma liminar que tinha como objetivo impedir a tramitação e a deliberação da emenda que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. A medida foi impetrada pelo deputado federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA) que avaliava que a maioridade penal de 18 anos é uma garantia individual, portanto, cláusula pétrea.

Na avaliação do ministro, o projeto está em fase de análise e, por isso, não há razão de interrom-



Governador explica que realidade do sistema penitenciário será modificada



ASSASSINATO FOI O 2º CRIME MAIS PRATICADO POR JOVENS NO RN

De acordo com dados da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Rio Grande do Norte apresentou o maior crescimento no número de homicídios no período de 2002 a 2012, sendo o primeiro no ranking de crescimento da taxa de homicídios de jovens para o mesmo período. Somente entre a população juvenil, entre 15 e 24 anos, houve aumento de 343,4% da quantidade de homicídios entre a população juvenil no período de 2002 a 2012.

Os assassinatos foram o segundo crime mais praticado pelos jovens potiguares até 18 anos, ficando atrás apenas dos roubos. Vale ressaltar que, entre 2005 a 2015, a população carcerária cresceu 245%, saltando de 2.245 detentos para 7.534, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania. Segundo o texto da PEC enviado ao plenário, os jovens

lina Leite diz ser favorável para casos de crimes hediondos. As opiniões do Governador e da secretária concordam – em parte – com o relatório do deputado Laerte Bessa (PR-DF) apre-

per a tramitação do processo legislativo. Contudo, a decisão de Dias Toffoli tem caráter liminar e, portanto, o mérito sobre a constitucionalidade da redução da maioridade penal não foi analisado.



Ministro Dias Toffoli, envolvido com o tema, prefere esperar o Congresso se posicionar

DILMA DEFENDE MUDAR ECA PARA AUMENTAR PUNIÇÃO EM CASOS HEDIONDOS

Na semana que marcou a aprovação da redução da maioridade para crimes hediondos, a presidente Dilma Rousseff admitiu que o governo poderá propor uma mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar a punição para adolescentes envolvidos nesse tipo de crime. O tempo máximo de internação previsto no ECA é de três anos, sem diferenciar o tipo de infração cometida pelo adolescente.

Junto com o aumento da pena para adultos que alçiam jovens para crime, essa pode ser a estratégia do governo para criar uma alternativa à proposta do Congresso Nacional de reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos.

«Em tempos em que se propõe a redução da maioridade penal, ao invés de a gente aprofundar a exclusão, com a pura e simples redução, preferimos trabalhar alterando de fato a legislação, atribuindo penalidades para o adulto que envolver crianças em atos da sua quadrilha ou mesmo alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente, apenas

tipificando o que aconteceria quando se praticam os chamados crimes hediondos», disse a presidente.

O governo apoia um projeto de lei em análise no Senado, apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) e relatado por José Pimentel (PT-CE), que aumenta o prazo máximo de internação, de três para oito anos, para adolescentes que praticarem crimes hediondos, com violência ou grave ameaça. Essa internação se daria em estabelecimentos especiais ou em espaços reservados das unidades prisionais brasileiras.

«Acredito que esse programa oferece caminho da prevenção, ele cria um passaporte para os jovens, não rumo ao mundo carcerário, mas em direção ao mundo da dedicação, do trabalho e das oportunidades», comparou.

A proposta de aumentar o tempo de internação em caso de crimes hediondos também é articulada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Ele defende a ampliação do tempo de internação de três para oito anos. Já José Serra



Dilma defende mudança no ECA para aumentar punições

que seja de três para dez anos.

O ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, criticou a aprovação ontem, em comissão especial da Câmara dos Deputados, da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos praticados por adolescentes. Na avaliação de Vargas, a aprovação foi um «equivoco».

De acordo com o texto (PEC 171/93), os adolescentes cumprirão

a pena em estabelecimento separado dos maiores de 18 anos e dos menores imputáveis. Agora, a proposta tem de ser votada em dois turnos pelo Plenário da Câmara. Vargas acredita que esses jovens acabariam indo para presídios junto com adultos. «Os adolescentes de 16 em presídios de adultos entrarão para as facções organizadas. Eles vão fazer isso até como estratégia de defesa», disse o ministro.

Já o ministro da Justiça, José

Eduardo Cardozo defende maior tempo de internação para jovens que praticarem crimes hediondos, com violência ou grave ameaça, como alternativa à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Cardozo disse que a redução da maioridade penal é um equívoco e pode provocar caos no sistema penitenciário, que já tem déficit de 300 mil vagas.

De acordo com o ministro, o prazo máximo de internação seria de oito anos, cumpridos em estabelecimentos especiais ou em espaços reservados nas unidades socioeducativas, de forma separada dos jovens que cometeram crimes de menor gravidade. Cardozo também defendeu o agravamento da pena de adultos que usam crianças para cometer crimes.

Para ele a proposta «responde ao que a sociedade quer, ao que os especialistas recomendam e não tem o efeito colateral que todos os estudos mostram a respeito da redução da maioridade. Esse parece ser um caminho bom para debatermos».

entre 16 e 18 que praticarem crimes considerados hediondos deverão cumprir pena em regime fechado em instalações em separado dos maiores de idade. A construção destas novas unidades prisionais ficará sob a responsabilidade dos governos estaduais.

Atualmente, o Rio Grande do Norte passa pela maior crise do sistema prisional. Das 33 carceragens potiguares, 16 apresentam estão passando por reformas estruturais. Estas unidades foram atingidas pela onda de motins iniciada em março deste ano. O maior presídio estadual, a Penitenciária de Alcaçuz, em Nísia Floresta, também já registrou duas fugas em massa nos últimos 60 dias.

Sexta-feira recente o governo do Estado entregou a obra de reforma e recuperação do Pavilhão 2 da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Nísia Floresta. Agora, será iniciada a recuperação de outra estrutura dentro da unidade, logo após a transferência dos apenados. A expectativa é de que até a próxima terça-feira (23), a empresa já comece os serviços em outro pavilhão.

Além disso, o Governo executa atualmente obras de recuperação em outras 14 unidades prisionais do estado que foram afetadas pelas rebeliões no dia 16 de março.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

PRESIDENTES DA ODEBRECHT E ANDRADE GUTIERREZ SÃO PRESOS

/ LAVA JATO / JUSTIÇA DEFLAGRA 14ª FASE DA OPERAÇÃO, PRENDE E BLOQUEIA CONTAS DE PRESIDENTES DA ODEBRECHT E ANDRADE ANDRADE GUTIERREZ, EMPRESAS QUE SEGUNDO A INVESTIGAÇÃO USAVAM UM MODELO "MAIS SOFISTICADO" DE PAGAMENTO DE PROPINA

ANA CRISTINA CAMPOS
IVAN RICHARD
AGÊNCIA FAPASIL

O DONO e presidente da construtora Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques Azevedo, foram presos na 14ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada ontem (19) pela Polícia Federal (PF). Marcelo Odebrecht foi preso em casa, em São Paulo, e será levado por agentes da PF para Curitiba. Ao todo, foram cumpridos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul 59 mandados judiciais, sendo 38 mandados de busca e apreensão, nove de condução coercitiva, oito de prisão preventiva e quatro de prisão temporária.

O juiz federal Sérgio Moro também determinou o bloqueio de R\$ 20 milhões das contas dos presidentes Marcelo Odebrecht, e Otávio Marques de Azevedo. O valor foi bloqueado eletronicamente para garantir eventuais ressarcimentos aos cofres públicos em caso de condenação dos investigados. O bloqueio atinge as contas mais oito investigados.

O delegado da Polícia Federal, Igor Romário de Paula, disse que nove pessoas foram presas na 14ª fase da Operação Lava Jato. De acordo com o delegado, também foram presos preventivamente Rogério de Santos Araújo Márcio Faria da Silva e João Antônio Ber-



Polícia Federal na sede da Norberto Odebrecht, no Rio de Janeiro, durante a execução dos mandados



Marcelo Odebrecht e Otávio Marques Azevedo, presidentes presos

nand Filho, o executivo da Odebrecht Cesar Ramos Rocha é um dos que ainda não foram localizados. Os mandados de prisão temporária cumpridos foram de Alexandrino Sales Alencar, Antônio Pedro de Souza, Flávio Lúcio Magalhães e Maria Cristina da Silva Jorge. O delegado informou que há indícios "bem concretos" contra os dirigentes das empresas. Segundo ele, os documentos revelam que eles tinham "domínio completo" de atos que levaram à formação de cartel e fraude em licitações, além de pagamento de propinas. Igor Romário lembrou que na 7ª fase da Lava Jato já houve busca e apre-

ensão na sede da Odebrecht.

Para o delegado, a nova etapa da Lava Jato serve como recado de que nenhuma empresa, indepen-

dentemente do seu tamanho, ficará imune de ser investigada. "A ideia é trazer um recado claro de que a lei vale para todos, não im-

porta o tamanho da empresa e o destaque na sociedade, sua capacidade de influência e de poder econômico. Isso jamais será motivo para permanecerem impunidos", disse o delegado, em entrevista coletiva.

Segundo o procurador da República Carlos Fernando dos Santos, há indícios suficientes para as prisões preventivas. Devemos punir todos os que são responsáveis, as empresas, na área civil e por improbidade administrativa, e os dirigentes e todos os que estão envolvidos no âmbito penal."

ERGA OMNES

O nome Erga Omnes é uma expressão latina usada no meio jurídico para indicar que os efeitos de algum ato ou lei atingem todos os indivíduos e é uma referência ao fato de as investigações terem atingido, nesta 14ª etapa, as duas maiores empreiteiras do país: Odebrecht e Andrade Gutierrez, que, até então, não haviam sido alvos da Lava Jato.

Deflagrada em março do ano passado, a operação Lava Jato desmontou um esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras para pagamento de propina a agentes públicos e privados. Com o desenrolar das investigações, também foram identificadas práticas ilícitas semelhantes em contratos de publicidades do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal.

ODEBRECHT CONSIDERA AÇÃO DESNECESSÁRIA E ANDRADE GUTIERREZ NEGA ENVOLVIMENTO

A construtora Odebrecht considerou a ação "desnecessária". Já a Andrade Gutierrez negou qualquer relação com o esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras, investigado pela operação. Em nota, a Odebrecht informou que "sempre esteve à disposição das autoridades" e confirmou que foram cumpridos mandados de prisão e busca e apreensão em escritórios da empresa em São Paulo e no Rio de Janeiro na manhã desta sexta-feira.

"Como é de conhecimento público, a CNO [Construtora Norberto Odebrecht] entende que estes mandados são desnecessários, uma vez que a empresa e seus executivos, desde o início da operação Lava Jato, sempre estiveram à disposição das autoridades para colaborar com as

investigações, e, em respeito da nota divulgada pela assessoria da empresa.

Também em nota, a Andrade Gutierrez disse estar prestando "todo o apoio necessário" aos seus executivos presos. "A empresa informa ainda que está colaborando com as investigações no intuito de que todos os assuntos em pauta sejam esclarecidos o mais rapidamente possível. A Andrade Gutierrez reitera, como vem fazendo desde o início das investigações, que não tem ou teve qualquer relação com os fatos investigados pela Operação Lava Jato e espera poder esclarecer todos os questionamentos da Justiça o quanto antes", diz nota da empresa.



Moro: há provas suficientes de participação das empreiteiras

PRISÃO É «REMÉDIO» CONTRA CORRUPÇÃO, DIZ JUIZ

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos decorrentes da Operação Lava Jato na primeira instância, considerou que a prisão dos principais responsáveis pelas duas maiores empreiteiras do país foi o "único remédio" para "quebrar a regra do jogo" do esquema de corrupção, lavagem de dinheiro oriundos do superfaturamento de contratos da Petrobras.

Em despacho que autorizou a prisão de Marcelo Odebrecht, dono e presidente da construtora Norberto Odebrecht, de Otávio Marques Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, e outros diretores das duas empreiteiras, Moro argumenta que, em liberdade, eles representavam risco à investigação e à instrução processual.

"Com o patrimônio e recursos de que dispõe, as empreiteiras têm condições de interferir de várias maneiras na colheita das provas, seja pressionando testemunhas, seja buscando interferência política, observando que os próprios crimes em apuração envolviam a cooptação de agentes públicos", argumentou o juiz da 13ª Vara federal em Curitiba.

Segundo Moro, uma alternativa "eficaz" à prisão cautelar dos executivos seria a suspensão imediata dos contratos das empreiteiras com o Poder Público. Para o juiz, no entanto, essa medida traria "efeitos colaterais danosos" para economia e empregos do país. No despacho de 52 páginas, Sérgio Moro descreve o funciona-

mento do esquema criminoso de fraude em contratos da Petrobras que atingiu, entre outras obras, a construção da Refinaria Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

"Há, pelo que se verifica na análise sumária, suficiente prova da participação da Odebrecht e da Andrade Gutierrez no cartel das empreiteiras e no ajuste dos resultados das licitações. Não só prova oral da existência do cartel e da fixação prévia das licitações entre as empreiteiras, mas igualmente prova documental consistente em tabelas, regulamentos e mensagens eletrônicas", diz o Moro no documento.

Segundo ele, o modus operandi do esquema de pagamento de propina a agentes públicos e políticos utilizado pelas duas empreiteiras foi revelado por beneficiários do esquema, como os ex-diretores da Petrobras Paulo Ro-

berto Costa e Pedro Barusco, além do doleiro e intermediador Alberto Yonasef. Vários empreiteiros que foram presos durante fases anteriores da Lava Jato e que assinaram acordo de delação premiada com a Justiça, conforme o despacho, também afirmaram que os diretores da Odebrecht e da Andrade Gutierrez integram o cartel que fraudou contratos da Petrobras.

Diferentemente da forma como as outras empreiteiras investigadas pela Lava Jato, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez usavam um modelo "mais sofisticado" de pagamento de propina. As duas empreiteiras, segundo Moro, usavam empresas offshore, localizada em paraísos fiscais para tentar esconder a lavagem de dinheiro. Em algumas situações, acrescentou o juiz, as empresas declaravam os pagamentos à Receita Federal, mas sem a efetiva prestação do serviço.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 20.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ ENCOLHENDO /

INDÚSTRIA PERDE 0,9% DOS POSTOS DE TRABALHO DE MARÇO PARA ABRIL

O EMPREGO NA indústria brasileira caiu 0,9% em abril deste ano, na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa é a quarta queda consecutiva do indicador, fazendo com que a indústria nacional acumule perda de 2,1% nos postos de trabalho no período.

Na comparação com abril de 2014, houve queda de 5,4% nos postos de trabalho. Houve recuos também no acumulado do ano (-4,8%) e no acumulado de 12 meses (-4,1%).

O resultado da comparação com abril do ano passado (-5,4%) foi provocado por queda nos 18 setores pesquisados, com destaque para meios de transporte (-10,5%), produtos de metal (-10,8%), máquinas e apare-

lhos eletroeletrônicos e de comunicações (-12,4%), alimentos e bebidas (-2,7%), máquinas e equipamentos (-6,8%) e outros produtos da indústria de transformação (-8,7%).

A Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (Pimes) também registrou resultados negativos no número de horas pagas e na folha de pagamento real, em todas as comparações. O número de horas pagas caiu 1,1% na comparação com março deste ano, 6% na comparação com abril de 2014, 5,4% no acumulado do ano e 4,8% no acumulado de 12 meses.

Já a folha de pagamento real teve recuos de 0,9% na comparação com março deste ano, 5,3% em relação a abril do ano passado, 5% no acumulado do ano e 3,3% no acumulado de 12 meses.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 20.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

RN ELIMINOU 1,4 MIL POSTOS DE TRABALHO EM MAIO

/AJUSTE/ RECESSÃO LEVA EMPREGOS, SEGUINDO A TENDÊNCIA NACIONAL E, EM TODO O PAÍS, FORAM ELIMINADAS 115 MIL VAGAS EM MAIO, O PIOR RESULTADO PARA O MÊS DESDE 1992; NO RN, CONSTRUÇÃO CIVIL TEVE MAIOR INFLUÊNCIA NO RESULTADO RUIM

IGOR JACOME
DO NOVO JORNAL

O Rio Grande do Norte perdeu 1.405 empregos apenas em maio de 2015, de acordo com dados divulgados ontem (19) pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). É o pior resultado local registrado desde maio de 2009. Com isso, o número de vagas excluídas do mercado de trabalho potiguar chegou a 7.736 na soma dos primeiros cinco meses do ano. A retração foi de -0,31%, em comparação a abril.

O setor que registrou a maior queda foi a Construção Civil com 707 vagas a menos. O setor foi seguido pela Indústria (-680) e o Comércio (-308). Os únicos setores que tiveram saldo positivo foram Agropecuária (266), Serviços (100) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (12).

O mercado potiguar não via resultados tão ruins no mês de maio desde 2009, quando houve uma queda de 1.792 vagas. Daquela ano em diante, no comparativo do mesmo mês, apenas 2010 e 2013 tiveram saldo positivo de empregos.

No ranking que avalia a situação dos municípios com mais de 30 mil habitantes, a capital potiguar foi a responsável pela maior queda de postos de trabalho. Natal registrou 7.122 demissões em maio, mas teve 8.078 demissões - um saldo negativo de 956 postos de trabalho. São Gonçalo do Amarante foi o segundo município com maior queda. Foram 180 vagas a menos, representando 0,81% de retração no mercado local.

O município melhor colocado na tabela foi Parnamirim, que teve saldo positivo de apenas 36 empregos, seguido por Canguaretã.

EM TODO O PAÍS, FORAM ELIMINADOS 115 MIL EMPREGOS

O Brasil registrou retração de 115.599 empregos com carteira assinada no mês de maio, na comparação com abril. No período, foram admitidos 1.464.645 trabalhadores, número inferior ao das admissões registradas no mesmo mês. 1.580.244. O saldo representa queda de 0,28% no número de vagas no mercado de trabalho. Os dados são do Caged.

ma com 30 novas vagas.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales, afirma que vê os resultados apresentados durante este ano com preocupação e atribui o desemprego ao desaquecimento da economia no país. "O Governo Federal tem grande responsabilidade sobre essa situação. Sem as obras do Minha Casa Minha Vida, a construção civil foi obrigada a negociar demissões", avaliou. "Com a inflação, alta de juros, insegurança jurídica, tudo isso influencia. O empresário tem feito sua parte, ele não precisa que o Governo pague suas contas, mas que tire os obstáculos da frente. A gente tinha a desoneração da folha de pagamento. O governo vem e cancela isso no meio do jogo. Não foi um aviso de que ia acabar em 2018, por exemplo. Foi lá e tirou", argumenta.

Para Melquisedec Moreira, economista e supervisor técnico do Departamento Interdisciplinar de Estatísticas e Estudos (Dieese), a perspectiva é que a recuperação não chegue em 2015. "O segundo semestre historicamente apresenta resultados melhores, mas não vai ser o caso desse ano. O período vai ter pouca reação", avaliou. O motivo, de acordo com ele, é a situação econômica e política do país. Os ajustes fiscais promovido pelo governo, de acordo com sua avaliação, causam arrocho e, consequentemente, mais desemprego. "O ajuste restringe gastos e aumenta impostos. Ele vai resolver o equilíbrio das contas do Governo, mas é insuficiente para gerar emprego", avalia.

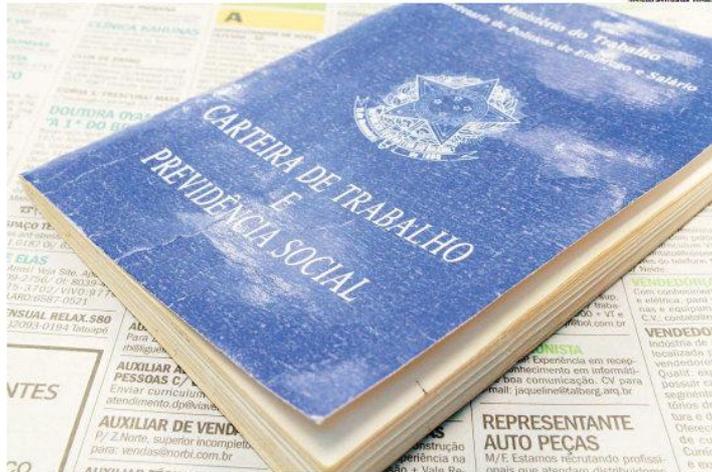
OPORTUNIDADE

"É importante que o governo faça o dever de casa, que é a re-

tro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho. Em maio de 2014, o saldo de empregos formais foi positivo em 58.836 vagas.

No acumulado do ano, houve decréscimo de 243.948 vagas. No acumulado dos últimos 12 meses, a retração chega a 452.853 postos de trabalho, o que, segundo o ministério, corresponde a um declínio de 1,09% no contingente total de empregos com carteira assinada do país.

Dos oito setores pesquisados, apenas um obteve saldo positivo:



► Mercado potiguar não viu resultados tão ruins no mês de maio desde 2009, quando houve uma queda de 1.792 vagas; projeção para o 2015 continuará sombria

dução da máquina pública", diz o economista Marcelo Bandeira. Para ele, como resultado, o governo retomaria a capacidade de investimento e, consequentemente, programas e obras estruturantes, que geram empregos na Construção Civil, por exemplo. Também coordenador do Centro de Empreendedorismo da UnP, Bandeira explica que as crises são cíclicas e, apesar das dificuldades, podem representar oportunidades.

"O que a gente pode indicar de positivo para o cidadão nesse momento são as oportunidades

de empreendedorismo. Esse é um bom momento para empreender em produtos e serviços que reduzem custos e aumentam a produtividade", considera. "A maior crise que tivemos até hoje foi em 1929, que é o mesmo ano de fundação da Ferrari. As grandes empresas surgem nesses momentos", considera. Para ele também é possível pegar impulso para se qualificar. "Estudar, fazer uma pós-graduação enquanto o mercado está bem para aproveitar, tá bom quando voltar a aquecer", diz.



► Economista Marcelo Bandeira acredita no surgimento de oportunidades

Brasil

115.599 - foi o número de vagas que o Brasil perdeu em maio deste ano
243.948 - é o decréscimo acumulado no ano até maio
452.853 - saldo negativo na soma dos últimos 12 meses

Desde 1992 o Brasil não tinha um resultado tão ruim

Setores que mais demitiram:

- Indústria (- 60.989)
- Serviços (- 32.602)
- Construção Civil (-29.795)

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 20.06.15

EDITORIA: CIDADES

/ SALÁRIOS /

GOVERNO PAGA 40% DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

CONFORME ANUNCIADO SEMANA passada, o Governo do Estado pagou ontem (19), antecipadamente, a primeira parcela do 13º salário aos servidores estaduais. O percentual quitado foi de 40%. O montante antecipado aos servidores equivale a um total R\$ 143.324.082,12.

Somando isso ao pagamento da folha de maio (R\$ 268.613.689,00), o funcionalismo público estadual recebeu até ontem um total de R\$ 411.937.771,00. Os dados são da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN).

De acordo com informações disponibilizadas ontem, "o pagamento da primeira parcela do 13º salário é um compromisso assumido pelo governador Robinson Faria de valorizar os servidores estaduais. Mesmo diante do caos financeiro encontrado no início da atual gestão, com dívidas chegando a quase R\$ 1 bilhão, e um cenário macroeconômico delicado, em que as transferências federais têm sido frustradas mês a mês, o empenho da equipe econômica liderada pelo governador foi fundamental para beneficiar mais de 100 mil trabalhadores."

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

TERMINAL PORTUÁRIO PODE TRIPLICAR PIB

/ PROPOSTA / ANALISTA ESTIMA QUE PIB POTIGUAR VAI CRESCER TRÊS VEZES MAIS QUE RITMO ATUAL; PROJETO É ORÇADO EM QUASE R\$ 7 BILHÕES E INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA ATRAIRIA VINDA DE INDÚSTRIAS

RAFAEL BARBOSA
DO NOVO JORNAL

SE EFETIVADA, a proposta de construção do Terminal Portuário do Potengi, apresentada ao governo no início da semana, vai triplicar o PIB industrial do Rio Grande do Norte nos primeiros dez anos após a instalação. O projeto do novo porto é do Centro de Estratégia em Recursos Naturais e Energia (Cerne) e inclui ainda a construção de um parque ecológico e da terceira ponte ligando o centro de Natal à Zona Norte da cidade, além de um corredor logístico de integração com os outros modais e centros de distribuição do RN.

O projeto total é orçado em R\$ 6,98 bilhões. Segundo Jean-Paul Prates, presidente do Cerne, esta integração dos modais seria a maior responsável pela vinda de indústrias ao estado. "É uma coisa que poderemos oferecer às indústrias que queiram se instalar no nordeste e que Pecém e Suap não dispõem", acrescentou Jean-Paul, referindo-se aos portos de Ceará e Pernambuco.

A proposta conceitual de logística portuária foi entregue ao governador Robinson Faria na segunda-feira pelo presidente do Cerne. De acordo com Prates, a preocupação com a melhoria da estrutura portuária do RN surgiu ainda em 2010. Com o incremento das eólicas no estado, havia a necessidade de estruturar o porto para que a produção dessas fábricas escoarem, em virtude de seu alto potencial de exportação. "Com aquelas ruas estreitas da Ribeira não tinha como aquelas peças gigantes das eólicas chegarem aos navios", explica Jean-Paul Prates.

Depois disso, o Cerne começou a se debruçar sobre projetos de portos já existentes para procurar uma solução adequada para o Rio Grande do Norte. Na proposta entregue nesta semana ao governador, o Centro de Estratégia explica que o novo terminal portuário seria construído à margem esquerda do Potengi e seria destinado ao escoamento de grãos sólidos e líquidos, além de carga contêinerizada, com esta possibilidade de acesso por mar.

Segundo Jean-Paul Prates, o que levou a pensar a instalação do novo porto no local escolhido, a Grande Natal, foram estudos sócio-econômicos e sócio ambientais. A península fluvial do Potengi é uma área degradada que hoje é ocupada



▶ Calado (profundidade) do rio Potengi tem entre 15m e 17m e pode chegar até a 19m, quando seria possível receber navios acima de 100 mil toneladas

por salinas e fazendas de camarão desativadas. A área fica na Zona de Proteção Ambiental 8 de Natal (ZPA-8), ainda não regulamentada.

Ainda segundo Jean-Paul Prates, uma vantagem da instalação do porto na península fluvial é o custo dos transportes de mercadorias. Na região do Litoral Norte, de acordo com o presidente do Cerne, áreas ambientalmente não-sensíveis são escassas e haveria um elevado custo para o transporte, em virtude dos transbordos necessários para se atingir o calado de 15 metros a 18 quilômetros mar adentro. "Seriam necessário pelo menos três transbordos", afirma.

No calado do rio Potengi, tem entre 15 metros e 17 metros. De acordo com Jean-Paul, essa profundidade ainda pode ser aumentada a até 19 metros, quando seria possível receber navios acima de 100 mil toneladas. "É ainda possível, através de estudo prévio, passar dos 20 metros de profundidade, se necessário", disse Jean-Paul Prates, alertando que o levantamento seria necessário para não trazer prejuízos à sustentação da Ponte Newton Navarro.

O novo projeto também contempla o aproveitamento do atual Porto de Natal, integrando o siste-

ma logístico proposto. O porto velho ficaria especializado em cargas nobres, como as perecíveis, refrigeradas, frágeis ou tecnológicas, e contêineres em geral.

Jean-Paul Prates contou que o governador recebeu bem o projeto e que o Cerne tem se reunido com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Secdec) e com a Companhia de Docas do RN (Codern) para tentar encontrar investidores para a proposta. "Na semana que vem temos reunião com um grupo de chineses, mas também estamos pensando em alternativas como grupos do Kuwait e Qatar", adiantou Prates.

Na opinião dele, a participação da Codern neste processo auxilia nas negociações com os grupos de investidores, pois dá mais segurança. "Porque ela é a autoridade portuária do RN e isso dá a garantia jurídica para qualquer arranjo que seja feito com sócio privado", explica.

Apesar do início desses trabalhos, o projeto do Terminal Portuário do Potengi, assim como o do terminal de Porto do Mangue, ainda será levado ao Ministério do Planejamento, na tentativa de que seja incluído no plano de concessões.

PROJETO INCLUI TERCEIRA PONTE E PARQUE ECOLÓGICO

Uma das pretensões do projeto do Terminal Portuário do Potengi é criar o Corredor Logístico da Grande Natal. Trata-se de uma conexão entre o porto e os outros modais e centros distribuidores, incluindo as Zonas de processamento e Exportação de Macaíba e Assu, e o Aeroporto Internacional Aluísio Alves, em São Gonçalo do Amarante.

A proposta prevê uma radial expressa pedregada para o terminal aéreo, com ligações rodoviárias com a BR-304, a BR-406 e a BR-101.

A criação de um ramal ferroviário de cargas também é parte do projeto, para viabilizar o transporte de grãos e contêineres entre as regiões produtoras no interior do estado, as ZPEs, distritos industriais, o aeroporto, o terminal oceânico e o novo complexo portuário da Grande Natal.

Dentro desta questão de tráfego, o projeto do Cerne também propõe a construção da terceira ponte para a Zona Norte da cidade. Segundo Jean-Paul Prates, a estrutura começaria pouco depois do final do Viaduto do Baldo, no Alecrim, e terminaria na avenida Senhor do Bonfim, na altura do supermercado Carrefour da ZN.

SUSTENTABILIDADE

Prevendo a sustentabilidade ambiental, o Cerne sugere a construção de um parque urbano ecológico, na franja Sul do complexo portuário, a reurbanização da margem da foz do rio Potengi (Avenida do Contorno, ribeira e Mercado do Peixe) e a revitalização da Ribeira. Esta última sob a justificativa de que o bairro tem alto potencial turístico e comercial.

Com a criação do parque ecológico, a intenção é revitalizar também grande parte da área que vai ocupar o terminal porto, degradada pela carcinicultura e atividade salineira. São pelo menos 600 hectares de área preservada reconstruída com flora original e instalações culturais, esportivas, de lazer e educação ambiental. "Pensamos no acesso de bicicleta pela ponte de quem vier do outro lado, inclusive", salienta Jean-Paul.

Como medida mitigadora ao impacto ambiental das operações portuárias, o projeto prevê a práticas de entrada de motores desligados puxados por rebocadores ambientalmente corretos, uso de energia de fontes renováveis, recuperação total e tratamento da água de lavagem e lodo, construção de coletor urbano e tratamento de esgoto, recolhimento e descarte adequado dos resíduos das embarcações, conservação e eficiência energética nos prédios e nas operações diárias.

CUSTOS

Terminal Portuário, porto seco e adaptação do Porto de Natal

- ▶ Execução: 3 anos e 4 meses
- ▶ Investimento: R\$ 3,6 bilhões

Corredor logístico, terceira ponte e parque ecológico

- ▶ Execução: 3 anos e 8 meses
- ▶ Investimento: R\$ 580 milhões

Ramal ferroviário

- ▶ Execução: 4 anos e 9 meses
- ▶ Investimento: R\$ 2,8 bilhões

Total investimento: R\$ R\$ 6,98 bilhões



▶ Jean Paul Prates diz que novo projeto contempla aproveitamento do atual porto

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.06.15

EDITORIA: CIDADES

DROGASIL INVESTE CERCA DE R\$ 10 MI PARA CHEGAR AO RN

/ REMÉDIO / MAIOR COMPANHIA DE FARMÁCIAS DO BRASIL ABRE TRÊS UNIDADES EM NATAL, UMA EM PARNAMIRIM E QUER ALCANÇAR NOVE LOJAS NO RN ATÉ O FINAL DO ANO. INVESTIMENTO MÉDIO POR FARMÁCIA É DE R\$ 2 MILHÕES

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

NESSA SEMANA o natalense viu chegar à capital da maior companhia de farmácias do país. Foram abertas três novas unidades da Drogasil, que integra o grupo Raia Drogasil S.A. Até as inaugurações desta semana apenas uma unidade da rede estava em funcionamento, na Avenida Abel Cabral, em Parnamirim. A loja foi aberta no fim de dezembro do ano passado. As primeiras três lojas da Drogasil foram abertas em localizações nobres de Natal: shopping Midway Mall, Avenida Salgado Filho (Lagoa Nova) e Ponta Negra.

De acordo com o vice-presidente de operações de varejo da Drogasil, Antônio Carlos de Freitas, a rede deve abrir novas unidades até o fim do ano. "Em breve abriremos mais duas lojas e já temos outros dois pontos contratados, para abertura ainda neste ano. Devemos encerrar 2015 com, no mínimo, nove lojas em operação no estado", afirmou ele, por e-mail. As novas lojas funcionarão até 22h. Segundo o executivo, há planejamento para se abrir uma unidade com horário diferenciado de funcionamento. "Com certeza, em breve teremos o prazer de anunciar lojas Drogasil 24 Horas em Natal", assegurou Antônio Carlos.

Ainda segundo Freitas, o investimento feito na abertura de cada

loja da Drogasil no Rio Grande do Norte não pode ser divulgado, porque a empresa é de capital aberto e listada na bolsa de valores. "Em média, investimos R\$ 2 milhões na abertura de uma loja, incluindo as despesas e o capital de giro pré-operacional", completou o vice-presidente. Assim, o investimento da rede nas nove lojas a serem abertas no Estado representariam cerca de R\$ 18 milhões aplicados.

A Drogasil é uma bandeira do grupo Raia Drogasil S.A., criado em novembro de 2011 a partir da união com a rede Droga Raia. A rede que chega ao RN conta agora com pouco mais de 570 lojas no país, enquanto a Raia possui outras 540 unidades. Enquanto a Raia atua sozinha na região Sul e Rio de Janeiro, as unidades da Drogasil são espalhadas por seis estados do Nordeste, Espírito Santo, Distrito Federal e Mato Grosso.

As duas bandeiras dividem o mercado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. O desmembramento da rede na capital potiguar faz parte do processo de expansão da companhia pelo Brasil, arrastado por um faturamento bruto milionário um crescimento nas vendas que possui uma média de crescimento de 17% nos últimos dois anos. Entre o início do ano passado e março deste ano, segundo informações da empresa, foram abertas 123 novas unidades no país.



Além da unidade de Nova Parnamirim, há também lojas em Ponta Negra, Lagoa Nova e no Midway Mall



DESEMPENHO DO RN JUSTIFICA INVESTIMENTOS

A abertura das três novas lojas em Natal tiram o Rio Grande do Norte da "lanterna" dos investimentos no Nordeste, que começou a receber a rede no ano passado. Com a abertura das unidades, o RN passa a Paraíba (três lojas) e Sergipe (três lojas) e empata com Alagoas em tamanho de rede. Pernambuco e Bahia lideram a quantidade de lojas na região, com 10 e 21 unidades.

Os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará ainda não possuem lojas da Drogasil. "O Rio Grande do Norte, assim como a região Nordeste, nos últimos anos tem apresentado taxas de crescimento acima da média nacional, o que nos indicou um bom potencial para ser trabalhado", disse Antônio Carlos, ao justificar o investimento no RN.

As mais de 40 lojas da rede no Nordeste representam hoje apenas 1,7% do mercado farmacêutico regional. Há um ano o número era de apenas 0,8%. O Nordeste representa 19% do mercado do país. Atualmente, a Raia Drogasil de-



Presença da rede no Nordeste representa 1,7% do mercado

tém 9,7% de participação no mercado a nível nacional, com destaque para São Paulo, onde o grupo tem lojas das redes e conta com 21,6% das vendas.

A Raia Drogasil, além de líder do setor farmacêutico no país, representa uma das maiores companhias de capital aberto que co-

mercializa ações no mercado de valores) no setor de comércio varejista do país. Com mais de 1,1 mil pontos de vendas em 16 estados e no Distrito Federal, a rede só perde em volume de lojas para o grupo Pão de Açúcar, do setor de supermercados.

De acordo com a divulgação de

resultados da companhia, a Raia Drogasil alcançou uma receita bruta de vendas de aproximadamente R\$ 8 bilhões, entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015. Apenas R\$ 2,1 bilhões foram resultantes de vendas, entre janeiro e março deste ano, com um lucro líquido de R\$ 590 milhões e um lucro líquido de R\$ 81 milhões. Os números colocam a companhia também na posição de maior companhia de varejo farmacêutico da América Latina, tanto em número de lojas como faturamento.

O crescimento das vendas da companhia reflete-se também em retorno para os acionistas da companhia. Nos três primeiros meses deste ano, por exemplo, a valorização acionária do grupo foi de 13%, ficando 10,7 pontos acima do IBOVESPA. Se a comparação for estendida para o período de junho do ano passado a junho deste ano, a Raia Drogasil aponta para um aumento de 96,54%, enquanto o índice da bolsa caiu 2%.



O RIO GRANDE DO NORTE, ASSIM COMO A REGIÃO NORDESTE, NOS ÚLTIMOS ANOS TEM APRESENTADO TAXAS DE CRESCIMENTO ACIMA DA MÉDIA NACIONAL, O QUE NOS INDICOU UM BOM POTENCIAL PARA SER TRABALHADO"

Antônio Carlos de Freitas
Vice-presidente de operações

SETOR GERA POUCO MAIS DE SEIS MIL EMPREGOS

As farmácias potigüenses são representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do RN (Sincofarm). A entidade congrega mais de mil lojas, das quais aproximadamente 800 são de pequeno e médio porte. Este ramo do comércio, segundo estimativas do Sincofarm, gera pouco mais de seis mil empregos no Estado. "Nós só não temos uma média de faturamento do setor", afirma Luzia D'Ávila Dutra, presidente do Sincofarm.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não inclui o RN na sua pesquisa mensal de comércio (PMOC) o setor varejista de "artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos".

Os dados referentes ao setor

são pesquisados em onze estados e no Distrito Federal. E apontam que, diferentemente de outros setores importantes da economia como supermercados, vestuário, combustíveis e veículos, o setor farmacêutico é o único que acumula uma variação positiva no volume de vendas e de receita nos 12 meses mais recentes em todos os locais pesquisados.

A presidente do sindicato das farmácias pondera que o setor não é uma ilha de prosperidade em meio às dificuldades financeiras do país. "O comércio como um todo, não só varejista, está muito oscilante. Nesse período de dificuldade econômica é verdade que não sofremos tanto com queda de vendas, mas não o mercado não está correspondendo como o

esperado. Isso não é exclusividade do nosso setor, mas é uma conjuntura do país", analisa D'Ávila Dutra. Ainda de acordo com ela, a chegada da maior companhia varejista do ramo farmacêutico em Natal é a confirmação de uma tendência nacional.

"As grandes redes de farmácias estão se espalhando em todo o Brasil. Isso é comum, como a Drogasil chegando aqui. De certa forma, essa chega é boa, mas também é um pouco prejudicial para as empresas locais de pequeno e médio porte locais", aponta a presidente.

De acordo com Antônio Carlos de Freitas, a empresa foi bem recebida no RN. "Entretanto como o varejo farmacêutico é um setor altamente regulado, em determinadas situações dependemos de licenças e autorizações específicas para o início da operação, as quais podem levar algum tempo para serem expedidas", relatou o vice-presidente de operações de varejo.

O prejuízo, diz Luzia, parte de certas adequações e convenções locais que as grandes redes não seguem. "As lojas tem um perfil de trabalho do Sul-Sudeste, que é difícil de adaptar à nossa realidade. Trabalhamos com mercadoria de valor é tabelado, que às vezes elas não obedecem. A própria nova rede ficou com as lojas fechadas por um tempo, provavelmente por dificuldades nessa questão de adaptação", diz ela.

A presidente do Sincofarm avalia que a chegada da Drogasil representa apenas "mais uma empresa". "Mas claro que preocupa. Todos nós do setor somos concorrentes, independente do tamanho. O que esperamos da nova rede é uma concorrência leal. Precisamos esperar para avaliar o impacto dela no mercado. Outras que chegaram estão trabalhando normalmente, dentro da resposta do mercado. O Sol nasceu para todos", finalizou D'Ávila.

NÚMEROS DA RAIA DROGASIL S.A.

- ▶ 1100 lojas em 17 estados: 570 lojas da Drogasil e 540 unidades da Raia
- ▶ R\$ 18 bilhões de investimento médio no Rio Grande do Norte (nove lojas até o fim de 2015)
- ▶ Receita bruta (janeiro a março de 2015): R\$ 2,1 bilhões
- ▶ Lucro bruto (janeiro a março de 2015): R\$ 590 milhões
- ▶ Lucro líquido (janeiro a março de 2015): R\$ 81 milhões

RODOVIÁRIOS VÃO DECIDIR SOBRE GREVE

/ TRANSPORTES / ANTES PROMETIDA PARA AMANHÃ, PARALISAÇÃO DOS RODOVIÁRIOS TEM INDICATIVO PARA TERÇA-FEIRA, MAS PODE SER SUSPensa DURANTE VOTAÇÃO DO INDICATIVO QUE DEVE ACONTECER NESTA SEGUNDA

A GREVE DOS rodoviários, que paralisaria 70% da frota dos ônibus coletivos de Natal nesta segunda-feira, dia 22, deve ocorrer apenas na terça-feira, caso suas reivindicações não sejam atendidas. Os ônibus vão circular normalmente amanhã, segundo nota publicado pelo Sindicato dos Rodoviários (Sintro) em suas redes sociais, contudo o novo presidente do sindicato diz que está mantida a paralisação para o dia seguinte.

A nota explica uma nova rodada de negociações será realizada amanhã entre os trabalhadores rodoviários e a classe patronal. "O sistema de transporte continua normal, sem alteração. Após a negociação de segunda-feira (22) os trabalhadores tomarão as providências, caso a proposta não seja do interesse da categoria", informou o Sintro.

Motoristas e cobradores aprovaram indicativo de greve desde a

última quinta-feira (18). Eles reivindicam um aumento salarial na data-base de, no mínimo, 10%, mas os empresários propõem 5% de aumento. A categoria pede ainda o vale-alimentação e o cumprimento da súmula 146, que garante o pagamento dobrado em diária sem prejuízo da folga remunerada, para aquele que trabalha nos domingos e feriados, conforme ocorre com trabalhadores do comércio.

Segundo Júnior Rodoviário, a paralisação só não acontecerá se houver um acordo com as empresas e a Justiça do Trabalho. Caso isso ocorra haverá um comunicado para a população. "Se o mediador convencer os empresários a aceitar nossa reivindicação, não haverá greve. Mas está mantida para a terça-feira e esperamos que o prefeito e os empresários atendam os nossos direitos", anuncia o presidente.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 21.06.15

EDITORIA: NATAL

Motoristas ameaçam parar ônibus e fazer passeatas

« TRANSPORTE » O Sindicato dos Motoristas terão nova rodada de negociação salarial e ameaçam parar transporte caso proposta não atenda reivindicações

Na manhã desta segunda-feira (22), a população enfrentará dificuldades para se deslocar pela cidade. Os rodoviários estão em plena negociação salarial e das condições de trabalho. O presidente do sindicato da categoria, Júnior Rodoviário, afirmou que uma caminhada poderá ser feita em algumas avenidas da cidade, mas não divulgou quais. A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana informou que colocará agentes de trânsito (STTU) na rua para organizar o trânsito nas principais avenidas. A manifestação ocorre em meio ao anúncio de que o setor empresarial pleiteia aumento na tarifa de transporte.

Ontem, na página do Sintro-RN no Facebook, a informação era de que uma decisão sobre a paralisação ou não do serviço só seria tomada após rodada de negociação que ocorrerá no mesmo dia. A Tribuna do Norte tentou contato com o presidente do sindicato, Júnior Rodoviário, mas não conseguiu até o fechamento desta edição no início da tarde deste sábado. "Após a negociação de segunda (22) os trabalhadores tomarão as providências caso a proposta não seja do interesse da categoria", diz a postagem no facebook.

Na sexta-feira passada, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Ro-



HUMBERTO SALES

Na última quinta-feira (18), os motoristas já realizaram uma paralisação relâmpago do serviço

doviários do Rio Grande do Norte (Sintro/RN) disse que haveria a paralisação.

A principal reivindicação de motoristas e cobradores é o aumento salarial. "Os empresários só querem ceder 5% de aumento e o mínimo que nós aceitaremos é 10%. Nós também reivindicamos o vale-alimentação e o cumprimento da súmula 146", destaca o presidente do Sintro/RN, Júnior Rodoviário. O sindicalista explica ainda que a súmula em questão garante que "quem trabalha domingos e feriados tem

pagamento em dobro, sem prejuízo da folga remunerada. Trabalhadores do comércio recebem em dobro quando trabalham aos domingos. Nós trabalhamos e temos direito a receber, só que eles não pagam".

Após a assembleia em que foi aprovado o indicativo de greve, os trabalhadores em transporte rodoviário promoveram uma caminhada de protesto pela avenida Rio Branco, no Centro de Natal, o que provocou lentidão ao trânsito no local por quase uma hora. "Realizamos caminhadas

como essa para avisar à população e ninguém dizer que foi pego de surpresa. Manifestações assim também estão programadas para ocorrer, nos bairros da Ribeira e do Alecrim", declarou Júnior Rodoviário.

Na sexta-feira (19), representantes do Sindicato foram a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para entregar a ata da greve. "Esperamos que a STTU e o prefeito entendam. Os patrões têm que ceder. Toda a população está cansada de sofrer", pontua Júnior.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.06.15
FINANÇAS

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Cenário é preocupante

Uma pesquisa da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) mostra que a indústria de transformação vai cortar neste ano 32,7% de seu investimento total em relação a 2014. O recuo representa R\$ 53,3 bilhões a menos em máquinas, equipamentos e instalações, gestão, inovação e pesquisa e desenvolvimento. O valor despenca de R\$ 163 bilhões no ano passado para R\$ 109,7 bilhões em 2015. Em relação ao faturamento das empresas, o investimento total diminui de 6,9% para 4,8%. Nos últimas estatísticas, São Paulo (carro-chefe da economia brasileira) vem amargando números negativos em sua indústria, com reflexo em todo o País.

DEMISSÕES O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, lamenta a diminuição do investimento da indústria, de 3% para 2% do PIB, em razão do desempenho ruim de todos os seus setores. A Fiesp vê ainda até 150 mil demissões na indústria paulista este ano. Segundo a entidade, o nível de desemprego pode superar o registrado em 2009, auge da crise financeira mundial.

Crescimento

O atual modelo pró-consumo está esgotado, na visão do economista Raul Velloso. Ele ressalta a necessidade do ajuste fiscal no País. Para ele, o Brasil precisa buscar um modelo econômico pró-poupança, aumentando a taxa de investimento. Aliás, em matéria de investimento, nem a União, nem os estados e, muito menos os municípios tem recursos para realizar.

Infraestrutura

Em recente relatório do Banco Mundial o Brasil tem ficado para trás em infraestrutura e logística em comparação a outros países. Além disso, o País tem se caracterizado por baixos investimentos neste quesito. O custo do Brasil é muito maior do que China e Malásia. Esse custo inclui documentação, controle técnico, brokers, etc. O Brasil está em desvantagem em termos de custo.

CONCORRÊNCIA Apesar da entrada da rede Drogasil no Rio Grande do Norte, quem compra medicamentos regularmente precisa adotar regras para economizar. O mercado de farmácias é livre para praticar preços, desde que não ultrapasse o teto fixado pelo governo. A concorrência quando existe de verdade é benéfica para o cliente. A saída é, além de pesquisar, barganhar, aderir aos programas de fidelidade e tentar desconto com os laboratórios.

Reinventar e renovar

Para o diretor do primeiro outlet de imóveis novos do mundo, Rogério Santos, o consumidor já sabe mais do que o agente de vendas. Para ele, a equação é muito simples: épocas de crise servem para aprender e se renovar, e quem não entender isso, certamente ficará para trás. “Nos últimos anos, o mercado

absorveu milhares de corretores despreparados, que vieram para o mercado aproveitar a oportunidade das vendas que estavam acontecendo por inércia. Agora, o mercado mudou e as exigências serão outras, o nível subiu e só permanecerá no mercado quem realmente fizer a diferença”, enfatiza o especialista.

POSITIVO O Cadastro Positivo da Serasa Experian está certificado pela norma ISO 27001, padrão internacional quando o assunto é segurança das informações. A certificação atesta o fato de a empresa utilizar os dados do Cadastro Positivo estritamente como determina a Lei nº 12.414/11, garantindo ao consumidor e a empresa que suas informações estão em ambiente seguro.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

'Os jovens serão mais prejudicados'

« APOSENTADORIA » Advogada previdenciária explica que quem está quase se aposentando vai se beneficiar mais com as novas regras para cálculo da aposentadoria. "Já os jovens serão os mais prejudicados", diz ela

São Paulo (AE) - Os trabalhadores prestes a se aposentar serão os mais beneficiados pela mudança na regra da Previdência anunciada na quinta-feira, 18, pelo governo federal.

Pela nova regra para a concessão de aposentadorias, até dezembro de 2016, mulheres passam a poder se aposentar de forma integral quando a soma de sua idade com os anos pelos quais pagou sua contribuição ao INSS for igual a 85. No caso dos homens, quando for igual a 95.

A partir de janeiro de 2017 o número de pontos necessários para a aposentadoria Integral será elevado gradualmente até que a soma da idade mais tempo de contribuição chegue a 90 para as mulheres e a 100 para os homens.

"Quem está quase se aposentando vai se beneficiar bastante. Já os jovens que ainda estão no mercado de trabalho não pegarão a fase de transição dos 85/95 e, com isso, serão os mais prejudicados", afirma a advogada previdenciária Marta Gueller, sócia do escritório Gueller, Vidotto e Portanova.

Uma simulação elaborada pela advogada mostra que uma mulher que tenha começado a contribuir com 22 anos, em 1985, conseguirá se aposentar com 100% da média das contribuições em dezembro de 2016. Já pela regra antiga, com a incidência do fator previdenciário, ela só conseguiria o valor total do benefício seis anos depois.



Uma mulher que tenha começado a contribuir com 22 anos, em 1985, conseguirá aposentadoria integral em dezembro de 2016

Um homem nas mesmas condições, por sua vez, vai se aposentar com o montante cheio também em dezembro de

2016, ante setembro de 2019 pelo modelo anterior. Ou seja, com quase três anos de antecedência.

Dessa forma, as mudanças reacenderam o debate sobre a

sustentabilidade da Previdência para as futuras gerações. O aumento do gasto previdenciário ficou evidente desde a Constituição. Em 1988, o gasto com o Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS) correspondia a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Hoje, representa 7,4% do PIB, segundo cálculos do economista Fabio Giambiagi. "Qualquer país responsável tomaria medidas



O QUE

O governo instituiu uma nova regra para a concessão de aposentadorias que cria uma alternativa ao fator previdenciário.

COMO

A partir de agora passa a existir um sistema de pontos, que combina a idade da pessoa com o tempo de contribuição com a Previdência.

para reduzir essa despesa. E o que nós estamos fazendo é deslocar essa despesa para cima", afirma.

A possível pressão com aumento dos gastos da Previdência também chega num momento no qual as contas públicas estão no foco das agências de classificação de risco.

Confira abaixo o que dizem especialistas:



PAGINA 5 - NATAL
Veja cálculos de aposentadoria e mais informações para quem quer se aposentar no RN.

Nova fórmula da aposentadoria - O que dizem especialistas

FABIO GIAMBIAGI
economista

"O Brasil vai gastar mais. A leitura que cabe fazer é a seguinte: ou as pessoas vão esperar um pouco mais para se aposentar por causa do prêmio ou vão continuar sem paciência e se aposentar com (a regra) do fator. A gente já vinha numa trajetória muito preocupante do INSS crescendo como fração do PIB e, com essa medida, essa curva vai se deslocar para cima. Ou seja, o Brasil, em termos de perspectiva futura, ficou claramente pior. Qualquer país responsável tomaria medidas para reduzir essa despesa. Nós continuamos dando demonstrações de irresponsabilidade coletiva para o resto do mundo. É uma tragédia grega no duplo sentido da palavra. No sentido tradicional e no sentido associado ao que está ocorrendo com a economia grega. O Brasil não é Grécia, mas estamos nos esforçando muito para parecer. Não sou imune ao cenário político Entendo perfeitamente as condições nas quais o governo opera, mas nos próximos anos essa conta vai ficar mais salgada até que as mesmas pessoas que aprovaram isso se deem conta de que não dá mais. E aí, quando a ficha cair, a saída vai ser adotar uma idade mínima. Mas tem de haver um ambiente de cooperação e de responsabilidade."

GUSTAVO INÁCIO DE MORAES
professor da PUC-RS

"É uma regra bastante complicada, que vai obrigar o brasileiro a trabalhar mais. Pela lei anterior, muitos beneficiários acabavam se aposentando antes da idade mínima obrigatória. Agora, ficou ainda mais desvantajoso para quem for se aposentar. Já pela ótica das contas públicas, não diminui as despesas, mas pode trazer alguma melhora para as contribuições, pelo fato de desestimular a aposentadoria antes da idade mínima. É um modelo que persegue o equilíbrio atuarial, porque divide a conta entre idade e tempo de contribuição, dando mais ênfase para a contribuição. Não significa que vai eliminar o déficit da Previdência Social, mas, quando chegar na fórmula 90/100, em 2022, o governo deve conseguir congelar esse déficit - que hoje é crescente. Para o governo, foi um grande momento, tanto pelo lado político quanto pelo econômico. O primeiro porque tira força do termo fator previdenciário, que sofria muita rejeição pública. E o segundo pelo fato de perseguir maior equilíbrio atuarial, levando em conta o envelhecimento da população. Mas esse impacto ainda depende da forma como os sindicatos vão receber a proposta."

MARTA GUELLER
sócia do escritório Gueller, Vidotto e Portanova

"A Previdência não deveria ter uma única regra para todas as unidades da federação. Em São Paulo, por exemplo, vive-se mais do que em alguns locais do Nordeste. As condições de saneamento básico, educação e saúde são muito distintas. Para se ter uma ideia, ainda combatemos o trabalho infantil. Logo, isso deveria ser levado em conta na hora de o governo conceder o benefício. Com a nova regra, o brasileiro terá de trabalhar mais para se aposentar e, algumas vezes, nem consigam e moram antes. Os jovens, que ainda estão no mercado de trabalho, serão os mais prejudicados, pois só irão se aposentar depois de 2022. Nesse cenário de crise econômica, também é possível que parte dos segurados decida se aposentar antes da pontuação mínima, mesmo com a incidência do fator previdenciário. Quem não conseguir recolocação no mercado de trabalho poderá ir por esse caminho. Já do ponto de vista das contas da Previdência, o déficit não é transparente. Desde a década de 1980, o Congresso prorrogou a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que desvincula 20% das receitas da Seguridade Social para o pagamento de outras despesas, como os juros da dívida interna. Então, não adianta criar uma nova lei e continuar tirando esses 20%."

PAULO TAFNER
economista e pesquisador do Ipea

"O primeiro caso (aprovado pelo Congresso) era um retrocesso monumental, agora é um retrocesso 'monumentalinho'. O aumento da despesa vai ser gigantesco por uma razão simples: o fator previdenciário é um elemento de justiça. Ele faz com que quem se aposenta muito cedo tenha um redutor do valor do seu benefício simplesmente porque vai receber antes o benefício. E veja só: quem são os trabalhadores que se aposentam mais cedo? Essa é a pergunta que tem de ser feita. Quem se aposenta mais cedo é a elite dos trabalhadores, porque o profissional desqualificado não se aposenta por tempo de contribuição. Ora esse profissional está desempregado ora está na informalidade. É lamentável que o Congresso tenha feito (essa mudança) e que a presidente, ao vetar, tenha elaborado uma proposta apenas ligeiramente melhor. Com o fator 85/95, em 2050, o gasto previdenciário seria 33% maior do que o previsto com o uso do fator previdenciário. Com a nova proposta, vai ser 30%. Se estou fazendo essa conta, as agências de rating também estão. E isso significa dizer que, se o gasto do governo vai aumentar, a sustentabilidade fiscal do País está pior. Essa brincadeira fez aumentar o risco Brasil."

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 21.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

3porquatro

POR ANNA RUTH DANTAS

« AFRANIO MIRANDA »

Se tivéssemos que existir sem trabalho legal, fecharíamos”

A história do empresário Afrânio Miranda, que dirige a Miranda computação junto com dois irmãos (Paulo e Luciano Miranda), traz um relato de superação, humildade e valorização do próprio ser humano. A empresa que hoje tem nove lojas (sendo oito em Natal e uma em Mossoró), possui 430 colaboradores, começou em uma pequena sala da própria casa dos pais de Afrânio, Paulo e Luciano.

Aliás, foram o pai e a mãe deles os primeiros consultores de venda. Explico: como os irmãos saíam para trabalhar, eram os pais que recebiam os telefonemas de clientes fazendo pedido de “livros” (o início da Miranda foi comercializando livros de informática).

O entrelaçamento da empresa Miranda com os seus clientes vai muito além da própria relação de negócio. Foram os próprios clientes que, quando a pequena loja vendia apenas livros, começaram a sugerir a venda também de formulários, computadores, disquetes.

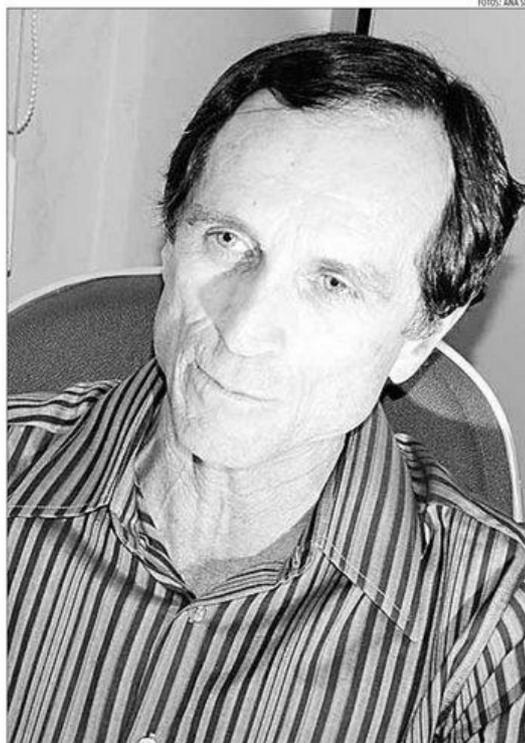
Colaborador bem tratado o cliente sai satisfeito, você indica a loja. Isso automaticamente, se você lida bem com as pessoas, leva seu negócio a crescer”



venda, produto e receber dinheiro, dar dinheiro ao colaborador. A gente tem que pensar a empresa como sendo uma família, as pessoas que trabalham nela. Colaborador bem tratado o cliente sai satisfeito, você indica a loja. Isso automaticamente, se você lida bem com as pessoas, leva seu negócio a crescer. Temos a cultura dos nossos pais: tratar bem as pessoas, ser honesto, trabalhar na legalidade, fazer tudo de maneira correta. O que é feito que é lei não é favor, mas sempre procuramos fazer algo a mais. Participamos ativamente de ações sociais.

O conceito que o senhor coloca é pelo fato desta ser uma empresa familiar?

Tem relação. Nossos pais sempre foram de bom relacionamento com as pessoas. Nós temos uma família que a gente se reúne toda semana. A gente, normalmente, em um dia da semana almoça todo mundo junto. Fica essa questão da família e a gente traz para empresa isso.



FOTOS: ANA SILVA

te já ia divulgando que nós tínhamos aquele tipo de fita. Assim a cultura que colocamos e queremos ganhar o que é nosso. Não

E sobre cliente Afrânio já mostra uma grande lição: todos os clientes têm a mesma importância, pode ser um juiz ou um ASG, o tratamento é igual porque é "cliente Miranda". Aliás, o empresário ressalta sempre aos seus colaboradores: trate o cliente como se ele fosse o único e o último.

Se com o cliente a determinação da Miranda é de qualidade no atendimento, com os colaboradores Afrânio enaltece a valorização a todos eles, com ações sociais e de envolvimento com a própria empresa.

A Miranda Computação hoje é a maior empresa de informática do Rio Grande do Norte, está na lista dos 100 maiores contribuintes, já ganhou prêmios nacionais pelo volume de vendas no varejo. E os próximos passos empolgam: o projeto é chegar a outros Estados e abrir novas lojas, sempre com a marca consolidada a história da Miranda.

Uma empresa que em toda sua trajetória nunca buscou financiamento de instituições bancárias para conquistar sua sólida expansão.

Conversar com Afrânio Miranda é uma aula de humildade, empreendedorismo e ousadia. Confira:

Como sobreviver em um mercado como o potiguar, ao longo de 28 anos (o tempo da história da Miranda Computação)?

A primeira coisa que eu diria até para ficar como exemplo para o pequeno empresário ou para a pessoa que pensa em empreender. A gente valoriza muito o ser humano aqui. A questão de gestão de pessoas está totalmente ligada a gestão de sucesso. Se você trata bem as pessoas como colaboradores, dando benefício, reconhecendo, gerando qualidade de vida na empresa, mostrando o lado social da empresa. E empresa não é só



Como surgiu a ideia da Miranda? O senhor é formado em Engenharia Elétrica e Direito e, aparentemente, não teria relação com a informática.

Foi através da Engenharia Elétrica e através da Engenharia Civil com Luciano (Luciano Miranda o outro irmão) que aprendemos a linguagem em computação chamada Fortram, uma linguagem onde você afirma a máquina o que deve ser feito. Como usávamos na universidade durante os nossos cursos de graduação, começamos a gostar da parte de Informática. Tanto é que me empreguei na Datanorte que era informática. Luciano (Miranda) no Banco do Brasil e Paulo (Paulo Miranda, o outro irmão, formado em Ciência de Computação) como operador de micro no Bandern. Nossa formação de engenheiro que fez com que pensássemos que fazíamos programação e não havia livreria que fosse específica dessa área. A gente pensou na empresa para vender livro, montar treinamento e processar dados. Não tínhamos estrutura alguma. Almorçamos em um quarto, na casa dos nossos pais. O quarto, que era o nosso escritório da empresa, tinha 9 metros quadrados. Era no fundo do quintal da casa dos nossos pais. Toda estrutura foi dos nossos pais, o telefone, a mesa. Pensávamos só como empresa de curso e colocava livros para vender. Nós anunciávamos na TRIBUNA DO NORTE, nos clássicos, sobre os cursos.

O desafio se torna maior pelo fato de vender produtos que, a priori, pode ser encontrado em qualquer outra loja?

Acredito que a cultura que a Miranda implantou hoje de tratar bem os colaboradores, de tratar bem os clientes, dar atendimento, consultoria. A gente não vende só produto, a gente vende o sonho da pessoa. A gente sempre diz aos consultores trate o cliente como se fosse o único e o último. Evocê trata todo mundo por igual, sem discriminação. O cliente que compra uma pendrive na Miranda tem que ter o mesmo tratamento de quem compra um computador de R\$ 12 mil. Você precisa tratar o cliente pelo que ele é: cliente Miranda. Pode ser um gari, um desembargador, pode ser o papa, se é cliente Miranda tem que ser bem tratado. Essa imagem, es-

E como a Miranda chegou aos equipamentos de informática?

A Miranda hoje como ela é quem fez foi o próprio cliente. A gente vendia livros na área de informática e um cliente chegava e dizia que havia sido lançada uma fita para computador e a gente já anotava para mandar buscar aquela fita. E o clien-

sim era também para venda de formulários. Um cliente chegou e perguntou: por que vocês não vendem disquete? Ai a gente comprou disquete para vender. E assim começou tudo que hoje nós vendemos.

A Miranda chegou longe demais, os senhores planejavam?

Não houve um planejamento para que hoje fossemos a maior empresa de informática do Rio Grande do Norte, referência no Brasil e reconhecida internacionalmente. Já fomos premiados internacionalmente pela performance nas vendas em alguns tipos de produtos. Hoje são nove lojas, oito em Natal e uma em Mossoró. São 430 colaboradores. Atendemos em torno de 2 mil clientes por dia. Não houve planejamento de início para estarmos hoje nessa condição de sermos o maior do mercado. Mas sempre fomos pé no chão, tanto é que até hoje nunca pegamos empréstimo a banco nenhum.

O desafio se torna maior pelo fato de vender produtos que, a priori, pode ser encontrado em qualquer outra loja?

Acredito que a cultura que a Miranda implantou hoje de tratar bem os colaboradores, de tratar bem os clientes, dar atendimento, consultoria. A gente não vende só produto, a gente vende o sonho da pessoa. A gente sempre diz aos consultores trate o cliente como se fosse o único e o último. Evocê trata todo mundo por igual, sem discriminação. O cliente que compra uma pendrive na Miranda tem que ter o mesmo tratamento de quem compra um computador de R\$ 12 mil. Você precisa tratar o cliente pelo que ele é: cliente Miranda. Pode ser um gari, um desembargador, pode ser o papa, se é cliente Miranda tem que ser bem tratado. Essa imagem, es-

vendemos produto explorando o cliente. O colaborador não é enganado. Se tivéssemos que existir sem trabalhar legal fecharíamos.

O trabalho social da empresa, envolvendo também um aspecto de integração como as corridas promovidas, até que ponto conta para a marca Miranda?

Na hora que a gente coloca na cabeça do colaborador que ele é importante para empresa, você está ajudando. Já colocamos um personal e um nutricionista para os colaboradores da Miranda, como o quadro Médica Certa do Fantástico.

Qual a meta da Miranda hoje?

A gente não planejou para ser a maior empresa de informática do Rio Grande do Norte, mas desejaria. Mas hoje temos satisfação em gerar emprego no Rio Grande do Norte, se um dos 100 maiores recónditos de ICMS. Com esse orgulho que a gente tem, nós diretores não temos ambição de ganhar dinheiro por ganhar, mas tenho satisfação de dizer que emprego 430 famílias e desejo empregar mais. Eu diria que a Miranda agora não tem freio. Vamos sair do Estado também para crescer mais. Mas sempre com um objetivo de crescer de forma organizada e ajudando o entorno, as comunidades, os colaboradores. Temos muitos colaboradores que começaram como ASG e hoje são gerentes.

O senhor conhece todos os seus colaboradores?

Conheço todos pelo nome. Quando eles entram eu converso com todos e todos só saem depois de uma conversa comigo. Na empresa temos o nível da hierarquia. Existe a hierarquia no cargo, mas dentro da empresa todos somos iguais.

Afrânio Miranda é Diretor Administrativo da Miranda Computação. Ele fundou a loja junto com os dois irmãos Paulo e Luciano Miranda. Hoje são nove lojas, sendo oito em Natal e uma em Mossoró. Mais de 400 colaboradores e uma marca consolidada no mercado como a líder no mercado de informática potiguar.



A gente vende o sonho da pessoa. A gente sempre diz aos consultores trate o cliente como se fosse o único e o último. E você trata todo mundo por igual, sem discriminação.



Produto mais fácil de vender: o que a Miranda vende mais é a confiança, a gente passa para o cliente a imagem de confiança.

Em que acredita: acredito em Deus em primeiro lugar e no trabalho com humildade. A gente chegou onde chegou pela humildade, pé no chão.

Quer chegar onde: Agora a Miranda não tem limite. Vamos chegar onde tiver campo e puder abocanhar de forma organizada, legal, não ser desleal. Agora não tem mais essa história de montar dez lojas. Se for possível montar só dez.

O RN unido é maior

AMARO SALES DE ARAÚJO

industrial, Presidente da FIERN e COMPEM/CNI

O Governo Federal lançou, recentemente, mais uma etapa de seu Programa de Investimentos em Logística. Iniciativa importante em meio a um momento muito delicado da economia nacional. Espero, sinceramente, que tenha efetividade. Fico preocupado, por exemplo, para que não se repitam os problemas do PAC, que é um importante programa de investimentos. Sabe-se que já se fala no PAC 3 quando as etapas 1 e 2 ainda não foram concluídas. Torço para que não se configure em mais uma estratégia eleitoreira.

Mas, voltando ao Programa de Investimentos em Logística, o Governo Federal anunciou um pacote de concessões que pouco prestigiou o Nordeste e em nada incluiu o Rio Grande do Norte. Felizmente, sob a liderança do Governo do Estado, a classe política já se moveu. Com o apoio e a participação das instituições representativas dos segmentos produtivos ocorreu, no último dia 15 de junho, como já noticiado, um importante encontro onde, além do pacote de concessões, foi discutida a mobilização em torno do centro de voos internacionais e nacionais – hub - do Grupo Latam Airlines (companhias LAN e TAM)



O encontro marcou o efetivo início de um pacto político-institucional em defesa dos interesses do RN, estratégia apoiada e já sugerida pelo Sistema FIERN.”

no Aeroporto Aluizio Alves. Mais ainda, o encontro marcou o efetivo início de um pacto político-institucional em defesa dos interesses do Rio Grande do Norte, estratégia apoiada e já sugerida pelo Sistema FIERN e parceiros por ocasião do lançamento da Estratégia de Desenvolvimento do Mais RN, em julho de 2014.

Aliás, recordando o Mais RN, é importante destacar que seu acervo, com diagnósticos, metas, oportunidades e propostas, está disponibilizado na internet através do endereço eletrônico www.maisrn.org.br/. O Mais RN identificou várias propostas para infraestrutura, transporte e logística, contudo, somente algumas se aproximam mais da possibilidade do

regime de concessão. A concessão possibilita, em síntese, a atuação da iniciativa privada o que, em regra, permite a cobrança de pedágio como meio remuneratório. Assim, é preciso que a obra seja estudada também sob o aspecto da viabilidade econômica para que investimentos privados se candidatem ao negócio.

Dentre as propostas identificadas pelo Mais RN destaco, inicialmente, cinco possibilidades: (a) as vias expressas rodoviárias e ferroviárias de acesso ao Aeroporto Aluizio Alves, que fortalecerão o hub, o desenvolvimento do aeroporto-cidade e seu entorno e a ZPE- Macaíba; (b) complexo portuário de Natal, integrando o atual Porto, o terminal de passageiros e o terminal pesqueiro; (c) ampliação e diversificação do Porto de Areia Branca para escoamento multicarga; (d) a integração ferroviária entre Natal e Mossoró; (e) a duplicação da BR-304 até a divisa com o Ceará, particularmente nos trechos mais atrativos para efeitos de concessão.

O debate, enfim, é técnico, mas, seja qual for a proposta escolhida, o importante é que, em torno dela, se juntem todas as forças e, mobilizadas, trabalhem em favor do desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte. Quando o Rio Grande do Norte se apresenta unido, se torna maior!

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 20.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

Desembolsos recuam 20%

« CRÉDITO » Queda nos recursos liberados pelo BNDES foi registrada de janeiro a maio, em comparação ao mesmo período do ano passado

DO ESTADÃO CONTEUDO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R\$ 54,8 bilhões entre janeiro e maio, queda de 20% na comparação com igual período do ano passado, informou a instituição, ontem. O banco de fomento aprovou R\$ 34,7 bilhões em novos financiamentos no mesmo período, uma queda de 47% em relação aos cinco primeiros meses de

2014. As consultas, termômetro da disposição de investimento das empresas caíram 39% na mesma base de comparação, somando R\$ 53,5 bilhões. O setor de infraestrutura respondeu por 37,2% do total desembolsado até maio, com R\$ 20,4 bilhões. Em seguida veio a indústria, com R\$ 16,3 bilhões e participação de 30%.

Em nota, o banco destaca dentro do setor de infraestrutura o crescimento nas liberações para energia elétrica, que aumen-

taram 70%, para R\$ 8 bilhões. Também cresceram 74% os desembolsos para a rubrica "outros transportes", que engloba investimentos em mobilidade urbana, atingindo R\$ 3,4 bilhões. "Estes projetos, por seu caráter estruturante, têm mostrado maior fôlego no conjunto dos investimentos de infraestrutura apoiados pelo Banco", diz a nota do BNDES.

O BNDES também apontou que a revisão das condições de crédito do Programa de Susten-

tação do Investimento (PSI) teve impacto no recuo dos desembolsos.

O PSI, que financia bens de capital com taxa fixa, foi criado em 2009 como estratégia de reação à crise internacional, oferecendo às empresas crédito fortemente subsidiado, por vários períodos com juros negativos (abaixo da inflação). Com a reorientação no papel do BNDES, o PSI foi renovado em 2015 com taxas mais elevadas e menos recursos.



Parque eólico: Desembolsos para o setor de energia cresceram

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 20.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

Emprego industrial cai pela 43ª vez

« PESQUISA » Com queda de 5,4% em abril, na comparação com igual mês de 2014, o emprego industrial atingiu o menor nível de pessoal ocupado da série histórica iniciada em 2000. Crise é tida como generalizada



O setor de eletroeletrônicos é um dos que puxam o desemprego

Rio (AE) - O desemprego na indústria renovou um recorde de baixa em abril. Com a queda de 5,4% na comparação com igual mês de 2014, o emprego industrial atingiu o menor nível de pessoal ocupado da série histórica iniciada em 2000, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 43 meses, ou três anos e sete meses, de queda nessa base de comparação.

Segundo Fernando Abritta, economista da Coordenação de Indústria do IBGE, o desempenho ruim da indústria nos setores automotivo, de insumos para a construção civil e de eletroeletrônicos vem puxando o recuo no contingente ocupado.

O ramo "meios de transporte" registrou queda de 10,5% em abril ante abril de 2014 e teve a maior contribuição para o recuo do índice. Em "máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações" a queda foi de 12,4% na mesma base de comparação e, no ramo "produtos de metal", segmento que atende à demanda da construção civil, de 10,8%.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), "a crise no mercado de trabalho da indústria brasileira mudou de patamar". "Essa crise do emprego industrial é generalizada e ocorre há um bom tempo", disse a entidade, em relatório divulgado hoje.

A pesquisa do IBGE mostrou

também que a inflação elevada está corroendo os ganhos dos trabalhadores e, com isso, o custo com a folha de pagamentos na indústria registrou, em abril, a maior queda real (3,3%) no acumulado em 12 meses desde dezembro de 2003.

Segundo Abritta, o custo com a folha de pagamentos na indústria vem registrando queda desde janeiro de 2014.

Horas

O número de horas pagas pela indústria recuou 1,1% em abril ante março, na série com ajuste sazonal, segundo o IBGE. Já no confronto com abril de 2014, a redução no indicador foi de 6,0%, a 23ª taxa negativa nesse

tipo de comparação e a mais intensa desde setembro de 2009 (-6,1%). Na comparação com abril do ano passado, todos os 18 setores apontaram taxas negativas, com destaque para meios de transporte (-11,5%), alimentos e bebidas (-3,3%), produtos de metal (-11,1%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-11,2%), máquinas e equipamentos (-7,5%), calçados couro (-11,6%), outros produtos da indústria de transformação (-8,8%), vestuário (-5,5%), metalurgia básica (-7,3%), refino de petróleo e produção de álcool (-9,9%), minerais não metálicos (-3,8%), papel e gráfica (-3,7%) e indústrias extrativas (-4,6%).

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 20.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

Inflação surpreende novamente

A prévia da inflação tem o pior junho desde 1996 IPCA-15 chega a 8,8% no acumulado de 12 meses, mostra o IBGE. A prévia do IGP-M já havia revelada o recrudescimento da taxa. No caso do IPCA-15, uma aceleração em relação a maio, quando o índice tinha registrado alta de 0,6% nos preços. Esta foi a taxa mais elevada para meses de junho desde 1996, quando tinha sido registrada alta de 1,11%. O indicador refere-se às famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.

CRESCIMENTO A atividade econômica do País recua 0,84%, em abril e fica pior que o esperado pelos analistas. Em relação a abril de 2014, a atividade econômica recuou 3,29%. No acumulado do ano, até agora, a queda é de 2,48%.

Indústria

As vagas oferecidas na indústria recuaram 0,9% em abril, a quarta queda seguida, elevando a uma perda acumulada de 2,1% no período. Na comparação com abril de 2014, o emprego industrial caiu 5,4%. No acumulado dos últimos doze meses até abril, o recuo foi de 4,1%, mantendo trajetória de queda que começou em setembro de 2013.

Voadores

O percentual de cheques devolvidos atinge 2,24% em maio, pior resultado para o mês desde 2009, segundo a Boa Vista SPC. Em maio de 2014, o percentual de cheques devolvidos foi de 2,12%. Os cheques devolvidos recuaram 2,0% na comparação mensal (maio/15 a abril/15), enquanto os cheques movimentados registraram queda de 3,7%, contribuindo para a queda do percentual no período.

REAÇÃO O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - de São Paulo) enviou carta à Presidência da República e para outras autoridades reagindo ao aumento de 13,55% para planos de saúde individuais ou familiares, autorizado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Este é o maior aumento anual já autorizado pela agência reguladora desde 2005. O índice de reajuste pode atingir 9,9 milhões de usuários desses planos.

Emprego mais raro

O mercado de trabalho no Brasil está encurtado. Em maio, o país fechou 115,599 mil vagas com carteira assinada; o pior maio desde 1992. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Traba-

lho e Emprego remete a uma série de interpretações. Apenas um "rolezinho". Com menos emprego haverá mais saque do FGTS, mais pessoas procurando o seguro, queda do consumo, da produção e da renda. Um efeito cascata negativo.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 20.06.15

EDITORIA: ECONOMIA



O grupo alimentos pesa no bolso: Só a cebola ficou 40,29% mais cara, enquanto o tomate subiu 13%

Prévia da inflação oficial tem maior alta desde 1996 no Brasil

« PREÇOS » O avanço foi de 0,99% em junho. No ano, o índice acumula alta de 6,28%, taxa próxima do teto da meta para o IPCA cheio, de 6,5%

Rio (AE) - A inflação deste mês deverá seguir elevada, mudando o padrão para junho e julho, que normalmente são marcados por preços mais comportados. Ontem, o IBGE informou que o IPCA-15, prévia do índice oficial de inflação, avançou 0,99% em junho, a maior alta para o mês desde 1996.

No ano, o IPCA-15 já acumulou alta de 6,28%, taxa muito próxima do teto da meta para o IPCA cheio, de 6,5%, considerando a margem de tolerância.

A alta surpreendeu o mercado. Analistas projetavam uma alta entre 0,71% e 0,90%, segundo a Agência Estado. Após a divulgação do dado, as projeções para o IPCA de junho foram revisadas para de 0,60% a 1,03%.

Alimentos

O IPCA-15 mede a variação

NÚMEROS

0,90%

Era a variação máxima esperada por analistas de mercado para o mês.

de preços no varejo de meados de maio a meados de junho. Assim como em maio, os preços de alimentos seguiram assustando os consumidores. O grupo acelerou para 1,21%, de 1,05% em maio, respondendo por 0,30 ponto percentual da alta de 0,99% no índice total.

Só a cebola ficou 40,29% mais cara, enquanto o tomate subiu 13%. Também puxaram a alta de alimentos cenoura (5,59%), batata-inglesa (4,42%), carnes (1,63%), leite longa vida (1,24%),

lanche (1,07%) e o pão francês (0,98%).

Para o economista-chefe do banco ABC Brasil, Luis Otávio de Souza Leal, o fato de os preços de alimentos estarem altos sugere que poderão registrar um recuo, mas não o suficiente para aliviar a inflação.

"O IPCA-15 de junho reforça a probabilidade de o Banco Central elevar os juros em 0,50 ponto percentual na sua próxima reunião, no fim de julho", disse.

A inflação ganhou força em seis dos nove grupos pesquisados. Os protagonistas, além dos alimentos, foram Despesas Pessoais (0,18% para 1,79%), por causa do aumento nos preços das loterias da Caixa, Habitação (0,85% para 1,03%), por causa de aumentos nas taxas de água e esgoto e energia; e Transportes (-0,45% para 0,85%), em função da alta nas passagens aéreas.

**VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS**

DATA: 20.06.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Inflação surpreende novamente

A prévia da inflação tem o pior junho desde 1996 IPCA-15 chega a 8,8% no acumulado de 12 meses, mostra o IBGE. A prévia do IGP-M já havia revelada o recrudescimento da taxa. No caso do IPCA-15, uma aceleração em relação a maio, quando o índice tinha registrado alta de 0,6% nos preços. Esta foi a taxa mais elevada para meses de junho desde 1996, quando tinha sido registrada alta de 1,11%. O indicador refere-se às famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.

CRESCIMENTO A atividade econômica do País recua 0,84%, em abril e fica pior que o esperado pelos analistas. Em relação a abril de 2014, a atividade econômica recuou 3,29%. No acumulado do ano, até agora, a queda é de 2,48%.

Indústria

As vagas oferecidas na indústria recuaram 0,9% em abril, a quarta queda seguida, elevando a uma perda acumulada de 2,1% no período. Na comparação com abril de 2014, o emprego industrial caiu 5,4%. No acumulado dos últimos doze meses até abril, o recuo foi de 4,1%, mantendo trajetória de queda que começou em setembro de 2013.

Voadores

O percentual de cheques devolvidos atinge 2,24% em maio, pior resultado para o mês desde 2009, segundo a Boa Vista SPC. Em maio de 2014, o percentual de cheques devolvidos foi de 2,12%. Os cheques devolvidos recuaram 2,0% na comparação mensal (maio/15 a abril/15), enquanto os cheques movimentados registraram queda de 3,7%, contribuindo para a queda do percentual no período.

REAÇÃO O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor de São Paulo) enviou carta à Presidência da República e para outras autoridades reagindo ao aumento de 13,55% para planos de saúde individuais ou familiares, autorizado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Este é o maior aumento anual já autorizado pela agência reguladora desde 2005. O índice de reajuste pode atingir 9,9 milhões de usuários desses planos.

Emprego mais raro

O mercado de trabalho no Brasil está encurtado. Em maio, o país fechou 115,599 mil vagas com carteira assinada; o pior maio desde 1992. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Traba-

lho e Emprego remete a uma série de interpretações. Apenas um "rolezinho". Com menos emprego haverá mais saque do FGTS, mais pessoas procurando o seguro, queda do consumo, da produção e da renda. Um efeito cascata negativo.

Vinícius Lummertz

presidente da Embratur

O modelo de gestão da Apex Brasil cabe bem na "nova" Embratur?

O modelo institucional e de gestão não está definido. Esperamos avançar nessas discussões nas próximas semanas. Qualquer que seja o novo modelo, os direitos adquiridos do quadro de funcionários serão respeitados.

A Embratur é uma autarquia atada, como diz o ministro Alves, que foca apenas no mercado internacional e não permite sequer convênios ou parcerias empresariais. Foi (ou é) falta de visão de governo?

Instituições devem estar à frente do seu tempo e não atrás. O atual modelo da Embratur foi concebido em 2003 e trouxe avanços, com maior número de turistas visitando o Brasil, mas agora é o momento de buscarmos um novo modelo. Um modelo que traga mais resultados. O ministro Henrique Eduardo Alves está focado em melhorar o ambiente para investimentos no Brasil. Isto é urgente. Outras medidas importantes são a suspensão de vistos para a América do Norte e as zonas especiais de interesse turístico.

Sua principal meta à frente da Embratur?

A Embratur, que completa 50 anos em 2016, teve um grande papel no desenvolvimento do turismo no Brasil. Seu passado deve ser honrado. E a melhor forma de fazê-lo é fortalecendo sua capacidade de entrega e a ampliação do seu papel na economia brasileira. Além da ampliação da promoção, vamos trabalhar a captação de investimen-

O Nordeste deve mesmo se vender em bloco? E o Sul? Dá para comercializar Gramado e Florianópolis no mesmo pacote?

Devido a suas dimensões, cada região do Brasil tem suas peculiaridades. Por meio de parceria vamos avaliar junto com Estados e municípios qual a melhor maneira de comercializar cada destino turístico.

As capacitações no país param? O turismo brasileiro perde com a falta de manutenção de ações como o Pronatec?

As capacitações não param. Como já disse o ministro Renato Janine Ribeiro (Educação), esse é um ano atípico, depois de 12 anos de investimentos crescentes em educação. Apesar da redução de recursos, o Pronatec vai oferecer mais de um milhão de vagas neste ano. A saída é retomarmos o crescimento econômico.

Sebrae e Fecomércio dão o apoio necessário ao setor de turismo? Cumprem bem seus papéis?

Queremos ampliar nossas parcerias com o setor privado e com instituições da área de turismo, como Sebrae e Fecomércio. Vamos atuar para que o trabalho da Embratur esteja alinhado com as ações do Sebrae, da Fecomércio e da CNC. Afinal, o setor de turismo é composto principalmente por micro e pequenas empresas de comércio e serviços.

A produção associada ao turismo anda esquecida. Qual o caminho para valorizar os municípios com potencial agre-

tos estrangeiros, integrando o turismo brasileiro nas cadeias produtivas internacionais. Queremos também que a Embratur trabalhe com a possibilidade do marketing interno, além do internacional. Vamos incorporar nas nossas ações as mais modernas ferramentas de comunicação digital, acompanhando as evoluções que estão ocorrendo em entidades semelhantes ao redor do mundo, adaptando-as à realidade brasileira.

As Olimpíadas serão melhores, turisticamente, do que a Copa?

São eventos com características diferentes. Nosso grande desafio é repetir nas Olimpíadas o mesmo sucesso da Copa. Nós temos um quadro bom no Rio de Janeiro, que é uma das cidades que mais recebe investimentos no mundo. Porém lá há um conflito social que existe e está presente. Fora isso, as Olimpíadas são uma grande oportunidade de mostrar que existe um novo Brasil. O Brasil já foi um país aberto e hoje nós somos fechados. Nós somos um país de ideias muito recorrentes. E o turismo, tanto para ir quanto para voltar, é uma forma de abrir esse país.

gado?

A Embratur vai se alinhar com o trade. Trabalhar para o trade não funciona, é preciso trabalhar com o trade. Em feiras, missões e demais ações, a Embratur deve sintonizar os agentes de mercado e não repetir o que se fazia no passado. O turismo deve ser visto como uma mola propulsora da economia. E para isso vamos aprofundar negociações com os municípios e Estados para implementar medidas que possam explorar o potencial de cada município.

Quais os mercados internacionais prioritários para a Embratur no momento?

Num primeiro momento, o foco continua sendo os países do continente americano, não só pela proximidade geográfica, mas porque são a origem da maior parte dos estrangeiros que visitam o Brasil. Mas, no médio e longo prazos, precisamos ampliar ações na Europa e na Ásia, em especial na China. Neste ano, segundo estimativa da OMT, os chineses farão mais de 100 milhões de viagens ao estrangeiro e, até, 2020 esse número deverá duplicar.